



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**POLIANA COSTA MATOS**

**COMPOSIÇÃO DA RENDA EM COMUNIDADES DE AGRICULTORES  
FAMILIARES – O CASO DO PROJETO TIMBÓ**

**SALVADOR  
2007**

**POLIANA COSTA MATOS**

**COMPOSIÇÃO DA RENDA EM COMUNIDADES DE AGRICULTORES  
FAMILIARES – O CASO DO PROJETO TIMBÓ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gilca Garcia de Oliveira

**SALVADOR  
2007**

Ficha catalográfica elaborada por Joana Barbosa Guedes CRB 5-707

Matos, Poliana Costa

M433 Análise da composição de renda das famílias que ocupam a área ao  
entorno do Timbó – Amargosa, Bahia / Poliana Costa Matos. –  
Salvador, 2007.

80f. tab.foto, mapa, il.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Economia) –  
Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, 2007.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gilca Garcia de Oliveira.

1. Agricultura familiar. 2. Economia rural - renda. 3. Distribuição  
de renda. 4. Renda rural - pluriatividade. I. Oliveira, Gilca Garcia de  
II. Título.

CDD- 338.1

POLIANA COSTA MATOS

COMPOSIÇÃO DA RENDA EM COMUNIDADES DE AGRICULTORES FAMILIARES –  
O CASO DO PROJETO TIMBÓ

Aprovada em:           Dezembro de 2007

Orientador:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gilca Garcia de Oliveira  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade  
Federal da Bahia.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Guiomar Inez Germani  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> do Mestrado em Geografia da Universidade Federal da  
Bahia.

---

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Henrique Tomé da Costa Mata  
Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade  
Federal da Bahia.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de expressar aqui meus sinceros agradecimentos a todos que colaboraram para a realização desse estudo.

Em primeiro lugar a minha família, em especial a minha mãe pela paciência, carinho e empenho na minha formação como indivíduo; e, principalmente, ao meu amado noivo, Rodnei, pela compreensão, carinho, dedicação e troca de conhecimento.

À minha orientadora por ter sido minha referência e meu suporte nesta trajetória. A ela devo mais do que os grandes aprendizados teóricos, mas também a gratidão por ter me apresentado a metodologia da busca de dados em campo e me ensinar quão prazeroso pode ser essa lição de vida.

Quero agradecer também a todos os membros e voluntários da ONG – Centro Sapucaia que, além de me ensinarem a importância da interdisciplinaridade na formação de um profissional, mais capacitado, me apresentaram a riqueza e beleza da Mata Atlântica e a simplicidade e simpatia do homem do campo. Eles foram fundamentais para que esse estudo fosse concluído.

## RESUMO

O objetivo desse trabalho foi analisar a composição de renda de agricultores familiares. Para isso, realizou-se uma pesquisa de campo nas comunidades que vivem no entorno de uma área de mata atlântica nativa, nos municípios de Amargosa, Brejões e Ubaíra na Bahia, onde se formará uma unidade de conservação com apoio da ONG Centro Sapucaia. O intuito era avaliar se as teorias a respeito da composição de renda das famílias rurais do Brasil também são verificadas nessas comunidades. O que se observou, como em outros estudos, é que há um grande peso das transferências previdenciárias na composição de renda das famílias, o que atribui aos aposentados e pensionistas um papel de dinamizador das economias locais. Quanto aos fenômenos pluriativos, que caracterizam o “novo rural”, estes são, em sua maioria, de trabalhos de base agrícola, como a ocupação de diarista. Sendo assim, foram caracterizados neste trabalho como fenômenos pluriativos de base agrícola, diferenciando-se, de qualquer atividade pluriativa exercida fora do setor agrícola que, em geral, proporciona rendimentos maiores aos agricultores familiares. O trabalho na terra está presente em quase totalidade da amostra e o Programa de Transferência de Renda – Bolsa família contribuir para o aumento da renda de famílias necessariamente necessitadas.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Economia rural. Renda – distribuição. Pluriatividade

**LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1</b> – Distribuição populacional dos municípios que abrigam o Timbó.....	18
<b>Tabela 2</b> – Indicadores dos municípios que abrigam o Timbó.....	19
<b>Tabela 3</b> – Valores das faixas de acordo com o salário mínimo.....	52
<b>Tabela 4</b> – Decomposição das ocupações por faixa de renda.....	57
<b>Tabela 5</b> – Decomposição das ocupações por faixa de renda.....	60
<b>Tabela 6</b> - Decomposição das ocupações por faixa de renda.....	62

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Mapa 1</b> – Localização do Timbó, Amargosa, Bahia.....	10
<b>Quadro 1</b> – Distribuição das regiões e comunidades do Timbó.....	13
<b>Mapa 2</b> – Recôncavo Sul, Bahia.....	16
<b>Mapa 3</b> – Mapa das comunidades do Timbó.....	22
<b>Figura 1</b> – Terreiro de café, Duas Barras, Timbó.....	21
<b>Figura 2</b> – Roça de Cacau, paisagem típica dos quintais do Timbó .....	24
<b>Figura 3</b> – Família da Inês, São Bento, Timbó.....	25
<b>Figura 4</b> – Panacuns, Timbó.....	26
<b>Figura 5</b> – Água do Timbó.....	27
<b>Diagrama 1</b> – Aposentadorias Rurais e Urbanas no Brasil 2003 a 2005.....	44
<b>Diagrama 2</b> – Aposentadorias Rurais e Urbanas na Bahia 2003 a 2005.....	45
<b>Quadro 2</b> – Critérios de elegibilidade do Bolsa Família .....	49
<b>Gráfico 1</b> – Decomposição da renda média domiciliar por faixas de renda, em percentual, Timbó, Amargosa, Bahia, 2007.....	52
<b>Gráfico 2</b> – Fonte de ocupação e seus peso nas rendas domiciliares, em percentual, Timbó, Amargosa, Bahia, 2007.....	53
<b>Gráfico 3</b> – Fonte das ocupações por faixas de renda, Região Norte do Vale do Rio Ribeirão, Timbó, Amargosa, Bahia, 2007.....	58
<b>Gráfico 4</b> - Fonte das ocupações e seu peso nas rendas domiciliares, Região Norte do Vale do Rio Ribeirão, Timbó, Amargosa, Bahia, 2007.....	60
<b>Gráfico 5</b> - Fonte das ocupações por faixas de renda, Região Central, Timbó, Amargosa, Bahia, 2007.....	61
<b>Gráfico 6</b> - Fonte das ocupações e seu peso nas rendas domiciliares, Região Central, Timbó, Amargosa, Bahia, 2007.....	61
<b>Gráfico 7</b> - Fonte das ocupações por faixas de renda, Região Serra do Timbó, Timbó, Amargosa, Bahia, 2007.....	63
<b>Gráfico 8</b> - Fonte das ocupações e seu peso nas rendas domiciliares, Região Serra do Timbó, Timbó, Amargosa, Bahia, 2007.....	64



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>12</b>
2.1	OBTENÇÃO DA BASE DE DADOS.....	12
2.2	DEFINIÇÃO ESTATÍSTICA DA AMOSTRA.....	14
<b>3</b>	<b>O TIMBÓ E SUAS COMUNIDADES.....</b>	<b>16</b>
3.1	OS MUNICÍPIOS QUE ABRIGAM O TIMBÓ.....	17
3.2	COMUNIDADES DO TIMBÓ.....	21
<b>4</b>	<b>A RENDA DA AGRICULTURA FAMILIAR.....</b>	<b>29</b>
4.1	RENDA AGRÍCOLA.....	29
<b>4.1.1</b>	<b>Sistemas de produção da agricultura familiar.....</b>	<b>31</b>
<b>4.1.2</b>	<b>PRONAF: Alternativa de crédito ao agricultor familiar.....</b>	<b>33</b>
4.2	RENDA NÃO-AGRÍCOLA: OS FENÔMENOS PLURIATIVOS.....	34
4.3	BENEFÍCIOS E TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS.....	37
<b>4.3.1</b>	<b>Previdência rural no Brasil.....</b>	<b>38</b>
4.3.1.1	Trajetória histórica da Previdência Social no Brasil.....	38
4.3.1.2	Estatísticas e efeitos previdenciárias.....	42
<b>4.3.2</b>	<b>Programa de Renda Mínima – Bolsa Família.....</b>	<b>47</b>
4.3.2.1	Da Bolsa escola, Vale-gás, Cartão Alimentação ao PBF.....	49
<b>5</b>	<b>RENDA DO TIMBÓ.....</b>	<b>52</b>
5.1	REGIÃO NORTE DO VALE DO RIO RIBEIRÃO.....	57
5.2	REGIÃO CENTRAL.....	60
5.3	REGIÃO SERRA DO TIMBÓ.....	62
5.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>67</b>

**ANEXOS.....71**

## 1 INTRODUÇÃO

A compreensão da interação do homem com o meio ambiente é cada vez mais necessária, haja vista, os constantes problemas ambientais no planeta. O aquecimento global e a poluição das águas são alguns dos reflexos da complexidade desta relação que começou a ser mais debatida a partir da década de 1960. Até então, a limitação dos recursos e os efeitos da atual produção de riqueza não tinham ênfase na pauta dos economistas.

Diante da atual situação a economia passou a considerar as questões ambientais e sua problemática o *mainstream* das suas preocupações. Até pouco tempo atrás, as principais questões econômicas focavam a eficiência alocativa dos fatores de produção e a produtividade, não levando em consideração a escassez dos recursos.

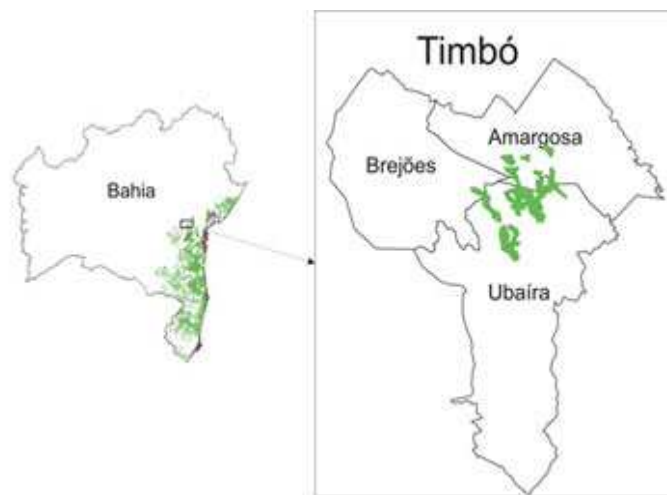
Neste sentido, a economia depara-se com um novo elemento que deve fazer parte de seus modelos, a fim de alcançar seu objetivo como ciência - alocar da melhor maneira possível os recursos gerando o bem – estar social com a devida atenção ao meio ambiente. Surge uma nova necessidade: a busca pela eficiência na utilização dos recursos naturais.

Diante disso, estratégias de proteção ambiental ganham destaque e importância na atual sociedade mundial e envolve muito mais que concepção, proteção e conservação. A criação de uma unidade de conservação, por exemplo, traz consigo reflexões do tipo como conscientizar a população local sobre a importância da área a ser preservada, sem impedir o desenvolvimento econômico destes? Daí, a importância de estudos e avaliações socioeconômicas sobre as condições de vida desses sujeitos, a fim de propor diretrizes para a desejada interação sociedade – natureza.

Neste sentido, esse estudo pretende contribuir com o “Projeto Timbó”, ou seja, um projeto elaborado pela Organização Não Governamental (ONG) Centro de Desenvolvimento Sustentável e Agroecologia Sapucaia (Centro Sapucaia), localizada no município de Amargosa/BA, para a criação de uma unidade de conservação ambiental.

O Projeto Timbó abrange 679 ha de terra, não contínua, doada por um grande latifundiário da região, o proprietário da Fazenda Timbó Agropecuária Ltda. A área destinada ao Projeto localiza-se em espaços dentro da própria fazenda, assim como, as comunidades que se situam tanto ao redor, como dentro de áreas da própria fazenda.

O Projeto Timbó tem como escopo, à conservação de uma área de Mata Atlântica nativa localizada na região do Vale do Jiquiriçá, abrangendo três municípios do estado da Bahia (Amargosa, Brejões e Ubaíra). Em suas metas o projeto propõe, além da criação da unidade de conservação, o estudo da biodiversidade da área, tanto no âmbito do levantamento da fauna, flora local, a estudos geológicos, geomorfológico e socioeconômico. Os estudos socioeconômicos têm como objetivo conhecer, levantar e promover fontes alternativas de geração de renda às comunidades mais próximas da área de preservação. O mapa 1 abaixo ilustra a área de mata atlântica destinada ao ProjetoTimbó:



Mapa 1 – Localização do Timbó, Amargosa, Bahia  
 Fonte: Centro Sapucaia, 2007.

Sendo assim, essa monografia, através dos conhecimentos sócioeconômicos, tende a contribuir com o projeto realizando o estudo da composição renda das famílias que vivem no entorno da mata, bem como trazer para a academia contribuições para outras pesquisas voltadas à análise de renda, principalmente aquelas referentes à área rural do país foco de interesse desse trabalho.

Dentre os objetivos específicos estão, além da própria análise da composição da renda das famílias que vivem no entorno, a caracterização socioeconômica destas e o mapeamento das comunidades e das casas que as compõem com intuito de poder fornecer subsídios para acompanhamento destas, a fim de buscar atividades conjuntas que possibilitem a compreensão da pressão que as atividades exercidas promovem no meio ambiente e, com isso, buscar soluções que promovam melhores condições de vida e relação ambiental.

A análise da composição da renda nas famílias agrícolas serve como indicador para o entendimento de como estas alocam sua força produtiva para a obtenção da renda e permitirá verificar a dinâmica rural na área. Muitos autores, como Kageyama, Beltrão, Graziano, por exemplo, avaliaram como ocorre a combinação das ocupações na formação da renda na área rural e seus efeitos para sociedade. Esses estudos revelam que, em geral, há uma associação das atividades agrícolas com outras, como, por exemplo, ocupações não agrícolas de ordem assalariadas ou autônomas ou trabalho assalariado no próprio setor agrícola.

Além disso, o peso das ocupações na composição de renda das famílias agrícolas pode delinear a realidade vivida por essas famílias, bem como permite analisar os efeitos e o desempenho das transferências governamentais, tais como a bolsa família, na renda familiar doméstica.

Assim, esse estudo será composto por mais quatro seções, além desta introdução. A segunda seção tratará da metodologia aplicada para análise das comunidades e suas fontes de renda. Na terceira seção encontra-se a caracterização dos municípios que abrigam as comunidades e a descrição da formação destas. Na quarta seção encontra-se o referencial teórico no qual este estudo se baseia para análise dos resultados. E na quinta e última seção encontram-se os resultados e as considerações finais.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 OBTENÇÃO DA BASE DE DADOS

Este estudo baseou-se em dados primários e secundários na sua formulação. Os dados secundários foram obtidos a partir de órgãos estatísticos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN-BAHIA,2007) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Com relação aos dados primários, estes foram obtidos através de pesquisas de campo, com aplicação de formulários contendo questões objetivas que buscaram retratar a realidade das famílias locais. O formulário elaborado teve sua execução coordenada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gilca Garcia de Oliveira, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, com a contribuição de membros da ONG Centro Sapucaia.

O formulário (ANEXO A) foi elaborado e discutido com a participação de membros das comunidades; dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS); de representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Amargosa, Brejões e Ubaíra; de representantes do poder público municipal, do Centro Sapucaia e estudantes da Faculdade de Ciências Econômicas - FCE/UFBA e passou por um período de testes até que se obtivesse o formato atual. As 145 questões elaboradas contam ainda com as observações do coletista e englobam informações relacionadas a dados pessoais, características gerais, situação econômica, produção agropecuária, crédito, organizações sociais, poder público, infra-estrutura básica, cultura, lazer e escolaridade e suas relações com o meio ambiente.

Fizeram parte da equipe alunas voluntárias e bolsistas da Universidade Federal da Bahia, membros da ONG Centro Sapucaia, que participaram da realização das entrevistas, além dos Agentes Comunitários de Saúde e Funcionários da Prefeitura Municipal de Amargosa que

atuaram como guias, uma vez que, havia dificuldade, principalmente nos períodos chuvosos, para localizar os caminhos e as casas.

Ao realizar as entrevistas, a fim de mapear a área, foram marcados, com ajuda do *Global Positioning System* (GPS), pontos de localização das casas com descrição dos quintais para composição de mapas temáticos e de renda, além do registro fotográfico das famílias entrevistadas. Os entrevistadores buscaram ser fiéis nas descrições das respostas e nas observações. As famílias, na sua grande maioria, mostraram-se receptivas, cabendo registrar que não houve nenhum caso de rejeição a participação no estudo.

A fim de facilitar as análises, as comunidades foram agrupadas em regiões de acordo com as características físicas e geográficas do solo, pois as particularidades das famílias em cada uma das referidas comunidades mostraram-se pouco significativas para a formulação de uma regionalização. A divisão foi estabelecida com a ajuda do Prof.º Dr.º André Rodrigues Netto, do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia e coordenador da equipe de solos do Projeto Timbó. A divisão evidenciou características comuns das comunidades em relação ao uso da terra, fato que corrobora com a escolha de agrupamento das comunidades. O quadro 1 e o mapa 3<sup>1</sup> a seguir ilustram essa divisão:

<b>Região</b>	<b>Comunidades</b>
Região I – Região Norte do Vale do Rio Ribeirão	Bambu, Barra da Inveja, Pancada do Ribeirão, Timbozinho, Fazenda Engenho Velho.
Região II – Região Central	Fazenda Timbó, Vai Quem Quer, Lagoa, Timbó Grande, Tauá e Timbó.
Região III – Região da Serra do Timbó	São Bento, Riacho Cerqueira, Palmerinha, Barata Azul e Duas Barras.

Quadro. 1 – Distribuição das Regiões e Comunidades do Timbó

Fonte: Elaboração própria, 2007

As comunidades da Região I são as mais próximas ao Rio Ribeirão. A paisagem característica é mais dissecada e o solo da área é mais exposto e mais fértil. Os topos de morro característicos da paisagem chegam a 600 metros.

<sup>1</sup> O mapa 3 está disponibilizado na página 21 desse estudo.

Na Região II, por sua vez, é uma região intermediária com relação às outras regiões, tanto em relação a paisagem dissecada quanto a fertilidade do solo.. Os topos de morro nesta área coincidem com a altitude de cerca de 750 metros.

A Região III apresenta solos mais velhos, mais preservados e mais pobres. Nesta área a utilização de adubos é necessária para o cultivo de muitas espécies. Os topos de morro da paisagem coincidem com a altitude de cerca de 900 metros.

Assim, ao final de cada semana de trabalho, a base de dados era alimentada no programa estatístico *SPSS for Windows 13.0*, a fim de auxiliar a análise dos dados coletados. Busca-se com isso verificar se há diferenças significativas na composição de renda das regiões, e caso ocorra, onde e qual a fonte de renda que exerce maior peso para essa diferença e, o que pode determinar essa composição.

A partir dos resultados analisados espera-se, também, identificar a participação das rendas que geram famílias pluriativas, tão presentes na atual formação das áreas rurais. Bem como, espera-se também, identificar a importância da renda agrícola, das transferências governamentais e da aposentadoria, nesta composição.

## 2.2 DEFINIÇÃO ESTATÍSTICA DA AMOSTRA

Devido à impossibilidade de obter a tempo o total das entrevistas da população que compõe as comunidades da área do entorno da unidade de conservação (Timbó), uma vez que o Projeto Timbó ainda encontra-se em andamento, buscou-se, através de informações dos municípios de Amargosa, Brejões e Ubaíra; os Agentes Comunitários de Saúde; dos Presidentes dos STR locais e das Associações destas localidades, o contingente populacional da área especificada.

O número da população, então, foi obtido através do somatório dos dados fornecidos por cada município, totalizando o contingente de 300 famílias. Apesar de o Projeto não ter concluído sua coleta de dados até o período de realização desta monografia, os dados conseguidos



mostraram-se suficientes em garantir um nível de 95% de significância para a amostra utilizada neste trabalho.

Esse número de famílias que compõe a amostra estatística cujo nível de significância é de 95%, resultado que torna os dados analisados confiáveis para inferências sobre a população analisada, é dado de acordo com equação (1) a seguir:

$$n_0 = \frac{4\sigma^2}{E_0^2} \quad (1)$$

onde:

$n_0$  é o resultado do cálculo da expressão;

$E_0$  é o erro amostral tolerado;

$\sigma^2$  é a variância da variável em estudo, na população.

Uma vez conhecida o tamanho da população a ser estudada, é complementada para

$$n = \frac{N * n_0}{N + n_0 - 1} \quad (2)$$

onde:

$N$  é o tamanho da população;

$n_0$  é o resultado do cálculo da expressão (1).

Portanto, o número ideal de entrevistas para se alcançar um nível de significância estatística de 95% seria de 171 entrevistas. Entretanto, utilizar-se-á 175 casos com o intuito de aproveitar ao máximo os dados coletados

### 3 O TIMBÓ E SUAS COMUNIDADES

As comunidades analisadas nesse estudo estão situadas na Região Econômica do Recôncavo<sup>2</sup> Sul da Bahia, fazendo parte da Bacia Hidrográfica do Rio Jiquiriçá, mais especificamente dos municípios de Amargosa, Brejões e Ubaíra. O mapa 2 abaixo ilustra a área do Recôncavo Sul<sup>3</sup> na Bahia.



Mapa 2 – Recôncavo Sul, Bahia

Fonte: Bahia, 2007.

O Projeto Timbó, como explicitado anteriormente, é hoje uma área de terra com 679 ha, não contínua, doada por um grande latifundiário da região, o proprietário da Fazenda Timbó Agropecuária Ltda, à ONG Centro Sapucaia com o objetivo de conservação ambiental. A Fazenda, que em períodos atrás operava como na extração de madeira, atualmente tem suas atividades voltadas à pecuária. No entanto, devido a sua grande extensão de terra, composta de grandes áreas de mata atlântica, a fazenda é refém, constantemente, de clandestino que tem como intuito a exploração de madeira da área. Espera-se, então, que com a criação da unidade de conservação na área reduza ou acabe a exploração ilegal de madeira, uma vez que, a ONG conta com o apoio do Ministério Público, do Ministério do Meio Ambiente e da Prefeitura de Amargosa para a manutenção da área de preservação.

<sup>2</sup> Municípios que compõem o Recôncavo Sul são: Amargosa, Aratuípe, Brejões, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Governador Mangabeira, Itatim, Jaguaripe, Jiquiriçá, Laje, Maragogipe, Milagres, Muniz Ferreira, Muritiba, Mutuípe, Nazaré, Nova Itarana, Salinas da Margarida, Santa Terezinha, Santo Amaro, São Felipe, São Félix, São Miguel das Matas, Sapeaçu, Saubara, Ubaíra, Varzedo.

<sup>3</sup> O mapa está disponibilizado no site: [www.seagri.ba.gov.br/images/mapa\\_nossaraiz.jpg](http://www.seagri.ba.gov.br/images/mapa_nossaraiz.jpg)

Além disso, a Mata do Timbó abriga todas as especificidades de uma Região de Mata Atlântica, e é responsável direta e indiretamente pelas nascentes dos rios que abastecem alguns municípios da região, sendo importante sua preservação para o equilíbrio socioambiental na região.

Entender, então, a composição de renda das famílias dessas diversas comunidades do Entorno do Timbó torna-se um importante elemento na formulação de diretrizes que possam permear a convivência das mesmas com a mata, proporcionando uma integração sustentável com o meio ambiente. Para tanto, se faz necessário conhecer as características sócio-econômicas dos municípios que abrigam as comunidades da área, bem como entender a maneira na qual ocorreu à formação destas no entorno da mata.

### 3.1 OS MUNICÍPIOS QUE ABRIGAM OTIMBÓ

Há poucos estudos que descrevem de forma detalhada e profunda a região econômica do Recôncavo Sul, bem como os municípios que a compõem. Uma análise interessante foi feita por Milton Santos e sua equipe na década de 1960 sobre o município de Amargosa, que contribuíram para a compreensão do cenário atual. No entanto, diante das mudanças da sociedade de 1960 até os dias atuais, assim como pela necessidade de se incorporar os demais municípios que incorporam o Timbó, Brejões e Ubaíra, foi necessário o incremento de dados mais atualizados. Desta forma, esse estudo se pautará na descrição e análise de alguns índices para melhor estabelecer a situação atual da região e dos municípios em questão.

A região econômica onde se situam os municípios que abrigam as comunidades do Timbó é denominada de Recôncavo Sul, e não ocupa grandes extensões de terra no Estado da Bahia, mas nem por isso deixa de ser uma região importante. A formação de alguns municípios que compõe a área ocorreu no século XVII, como o município de Cachoeira (1698), por exemplo. Deve-se lembrar que o Recôncavo Sul foi a mais importante região econômica, social e

política da Bahia na época colonial, e por tal fato podemos considerá-la a “locomotiva” do estado no período.

A região possui 10.671 km<sup>2</sup> de área e vem tendo crescimento populacional considerável nos últimos anos. O Recôncavo, hoje, é reconhecido como sendo uma das áreas onde prevalece a falta de dinamismo econômico e a pobreza, situação eminente em grande parte das regiões do Estado. A emigração de mão-de-obra, independente de sua qualificação, é um fato presente nesta região e, através da via rodoviária, há significativos registros de deslocamento diários de residentes desta área para Salvador à procura de trabalho e de melhores condições de vida (PEDRÃO, 2001).

A migração na região traz mudanças de caráter econômico, social e político, configurando um novo perfil aos municípios que compõem o Recôncavo Sul, através da combinação de interesses dos novos e velhos componentes da elite com o pequeno capital local e dos trabalhadores em geral:

Daí há um claro descompasso, entre a saída de capitalistas e a permanência de diversos segmentos de trabalhadores, especialmente dos pequenos produtores e de todos aqueles que vivem de pequena produção e artesanato, ampliando-se o espaço político dos pequenos produtores em geral, principalmente na agricultura. Há, hoje, uma elevada sindicalização, nas diversas linhas de atividade rurais e da agroindústria, que indica mudanças significativas nas pautas de manifestações de interesse e reivindicações (PEDRÃO, 2001).

A nova configuração dos municípios apresenta transformações na sociedade local. Amargosa, por exemplo, é atualmente a cidade mais urbana dos três municípios que compõem a área do Timbó. Somente 15% da sua população localiza-se na área rural. Contudo, tal população exerce grande influência na economia local. Diferentemente estão os municípios de Brejões e Ubaíra, que possuem respectivamente 75% e 66% da população localizada na zona rural. A tabela 1 abaixo mostra a divisão atual da população nestes municípios.

Tabela 1 – Distribuição populacional dos municípios que abrigam o Timbó

Município	População urbana	População Rural	População Total
-----------	------------------	-----------------	-----------------

Amargosa	26.442	4.666	31.108
Brejões	3.836	11.508	15.344
Ubaíra	7.217	14.010	21.227

Fonte: IBGE (2007). Elaboração própria, 2007

Para melhor avaliação dos municípios este estudo tomará como base o indicador desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O indicador avaliado é o Índice Desenvolvimento Humano (IDH), um índice que se contrapõe as considerações de esfera estritamente econômicas de uma população como o PIB, por exemplo, (PNUD, 2007). O indicador varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento de determinada região. Considera-se um indicador médio aquele localizado entre 0,50 e 0,799. O Estado da Bahia, no que tange ao índice, bem como a Região Econômica do Recôncavo Sul, possuem um IDH municipal considerado médio com valores de 0,688 e 0,648 respectivamente.

Dentre os 32 municípios que compõem a Região Econômica do Recôncavo Sul, no ano de 2000, este indicador apontou que Amargosa ocupava o 9º lugar com IDH 0,661; Brejões o 19º lugar com IDH de 0,643; e Ubaíra, em relação aos outros dois municípios, é o que possui IDH mais baixo, no valor de 0,624. Mesmo assim esse resultado coloca Ubaíra com um IDH de nível médio.

Os indicadores referentes ao Produto Interno Bruto, a Renda *per capita* e ao Índice Gini<sup>4</sup>, normalmente considerados em avaliações sócio-econômicas das populações, estão dispostos na tabela 1 a seguir:

Tabela 2 – Indicadores dos municípios que abrigam o Timbó.

<b>Município</b>	<b>PIB Municipal – 2004 (R\$ milhões)</b>	<b>PIB (R\$) Municipal Per Capita - 2004</b>	<b>Índice de Gini - Fundário 1995/1996</b>
Amargosa	92,99	2.844,61	0,813
Brejões	46,97	2.842,12	0,888

<sup>4</sup> O índice de Gini foi desenvolvido pelo italiano, estatístico Corrado Gini em 1912. O índice serve para medir qualquer distribuição de riqueza, apesar de ser mais aplicado a distribuições referentes a renda. Varia entre 0 e 1 sendo que, quanto mais próximo de zero, mais equitativa é a distribuição.

Ubaíra	52,87	2.580,84	0,818
--------	-------	----------	-------

Fonte: SEPLAN (2007) e GEOGRAFAR (2007). Elaboração própria, 2007.

O PIB de Amargosa é relativamente superior aos demais, Ubaíra e Brejões. Com relação ao PIB per capita, os três municípios possuem valores semelhantes, sendo que, Amargosa apresenta um valor de R\$2.844,61, seguido por Brejões, com R\$2.842,12 e Ubaíra com o menor valor, ou seja, R\$2.580,84. O índice Gini, por sua vez, mostra a alta concentração fundiária dos municípios. Neste sentido os três municípios têm indicadores de concentração fundiária elevada e muito semelhantes, em torno de 0,8.

Dentre as atividades econômicas mais exercidas pelos habitantes desses municípios destaca-se, em Amargosa, a extração de madeira e lenha em função da grande concentração de madeiras de lei neste município, como louro, vinhático, todas nativas da Mata Atlântica. No ano de 2000 a participação em extração de lenha foi na ordem de 11.800 toneladas/ano, sendo R\$ 112,00 o valor da tonelada. Com relação à madeira, a extração anual no mesmo período foi de 8.640 toneladas/ano, com a tonelada sendo vendida a R\$ 449,00.

Em Brejões, destaca-se o extrativismo da castanha de caju e também de madeira, mas em forma de lenha. Em Ubaíra extrai-se desde a castanha de caju a madeira, em tora e em lenha. Em 1991, a extração na área de florestal do município chegou a 13.200 toneladas. A questão ambiental tem impedido o aumento da extração de madeira e a alternativa apresentada pelo município foi dar um maior estímulo através de políticas voltadas à extração da castanha de caju a partir do ano 2000.

Outras produções destacam-se nos municípios dessa região: Em 2005, Amargosa, por exemplo, foi responsável por 5,32% da produção estadual de banana; 0,91% da de cana-de-açúcar, 0,90% da de castanha de caju e 0,05% de fumo em folha. Nesse mesmo ano, Brejões foi responsável por 11,67% do café produzido na Bahia<sup>5</sup> (SEPLAN- BAHIA, 2007).

Portanto, o que se pode auferir é que os municípios que abrigam as comunidades do Entorno do Timbó, ainda possuem, em sua maioria, atividades relacionadas à produção, criação e

<sup>5</sup> Maiores informações sobre estes números encontram-se disponíveis no site da SEPLAN: <http://www.seplan.ba.gov.br>

extração, ou seja, atividades típicas do primeiro setor. A avaliação da renda destas comunidades, portanto, evidenciará como ocorre à composição da renda de parcela dos moradores destas áreas rurais.

### 3.2 COMUNIDADES DO TIMBÓ

Para esse estudo foram avaliadas as 11 comunidades do entorno da mata do Timbó, a saber: Fazenda Timbó, Engenho Velho, Barra da Inveja, Bambu, Timbozinho, Timbó Grande, São Bento, Duas Barras, Vai Quem Quer, Lagoa, Palmerinha, Riacho Cerqueira. Cabe ressaltar que tais comunidades foram agrupadas a fim de facilitar metodologicamente a análise dos dados, como explicitado na seção 2.1 desse estudo. O mapa 3 a seguir destaca as áreas das comunidades

O nome de cada comunidade reflete a história local. Riacho Cerqueira e São Bento, por exemplo, são comunidades que se formaram na antiga área da Fazenda Marinho Muniz, uma grande fazenda, nacionalmente conhecida por ser produtora de café sem uso de agrotóxicos. Atualmente, a região é bem dividida e ainda possui vestígios da plantação de café, como é possível constatar na foto abaixo:



Foto 1 – Terreiro de café, Duas Barras, Timbó  
Autora: Gilca G. de Oliveira, 2007



**Mapa 2 Mapa das comunidades do Timbó**

Autor / fonte: Centro Sapucaia, 2007

Bambu, por sua vez, tem este nome devido à grande quantidade de bambuzeiros na região. Também é conhecida como caco-de-cuia por ter alguns moradores (Joana e Gertrude) fabricantes de utensílios de barro como panelas e pratos. Já Barra da Inveja, por se localizar a barra do Rio Ribeirão, recebeu esse nome em virtude da inveja provocada nas pessoas que por ali passavam em função da sua linda paisagem. Os nomes das comunidades de Timbozinho e Timbó Grande fazem referência a um cipó muito comum na região chamado de Timbó.

A população da região Central é composta, principalmente, por antigos trabalhadores da Fazenda Timbó, seus parentes que se deslocaram de outras regiões em busca de melhores condições de vida, por nativos e migrantes. A cultura do café ainda é marcante na região, assim como é comum o cultivo da banana e do cacau nos quintais. A foto 3 a seguir mostra exemplo dos quintais.



Foto 2- Roça de Cacau, paisagem típica dos quintais do Timbó  
Autora: Gilca G. de Oliveira, 2007

A região I (Região do Norte do Vale do Rio Ribeirão) abriga 18% das famílias estudadas enquanto que a Região II (Região Central) e a Região III (Região da Serra do Timbó) abrigam, respectivamente, 31% e 51% da amostra.

De acordo com as entrevistas realizadas, observa-se que as comunidades existentes descrevem, em alguns itens, a realidade rural brasileira de décadas atrás. Quanto à composição das famílias, grande parcela destas (87% da população entrevistada), se denomina católica, apresentando ainda 13% de evangélicos. Existe um elevado número de famílias (44%) formadas por uniões estáveis, não apresentando registro civil ou religioso.

Na maioria dos domicílios da região havia apenas uma família composta em média por quatro indivíduos. Dentre o número de crianças nascidas prevalece o nascimento de meninos a meninas. A foto 4 a seguir mostra a composição básica das famílias.



Foto 3 – Família da Inês (Beim e Valdemir (Louro), São Bento, Timbó  
 Autora: Gilca G. de Oliveira, 2007

É notória a predominância de casas de adobe<sup>6</sup>, que representam 64% das moradias dessas comunidades. Além disso, 24% são constituídas de taipa<sup>7</sup> e 12% de alvenaria. A escolha do adobe é relacionada ao baixo nível de renda das famílias, pois o material é um dos mais baratos na construção civil e de fácil manuseio. Com relação ao terreno, 52% possuem a posse documental, através de escritura ou recibos de compra e venda. Na Região Central, 51% dos moradores são posseiros, número até compreensível, pois é nesta área que se localiza a propriedade Fazenda Timbó.

A relação dos moradores com a área a ser preservada é muito peculiar. Não ocorre extrativismo em escala expressiva de frutas, medicamentos e extração de mel, por exemplo. No entanto, a extração da madeira é notória para emprego na construção das casas, referentes aos telhados, portas, cercas e janelas e na constante retirada de lenha destinada ao cozimento dos alimentos. Possivelmente, o uso do fogão a lenha seja uma maneira de evitar gastos adicionais, pois as famílias são muito pobres e tem dificuldades na geração de renda. Além do difícil acesso e transporte para mantimentos.

<sup>6</sup> Adobe é um tipo de tijolo cru, seco ao sol e muito utilizado nas construções das casas rurais da região Nordeste e Norte do Brasil, pois não tornam o interior das casas muito quentes e são de baixo custo.

Dentre as famílias entrevistadas, poucas realizam artesanato com panacum<sup>8</sup>, produzem doces, ou tem outras atividades típicas de “fundo de quintal”, como caracterizado por Graziano, Del Grossi, Campanhola (2002), comumente exercidas pelos agricultores familiares. Observa-se também pouca criação de animais de pequeno porte como aves e suínos e de grande porte como gado, o que corrobora, de certa forma, com a instalação da unidade de conservação, pois estes animais inclusive o gado, poderia incentivar a formação de pastos e com isso a maior degradação da mata.

A despeito das aves muitos moradores alegaram dificuldades para a criação, pois os animais selvagens como raposas, por exemplo, atuam como predadores naturais deste tipo de criação. Quando indagados do por que não criá-las em cativeiro, muitos alegaram a impossibilidade de fazê-lo, possivelmente um fator ligado à questão cultural. Com relação aos suínos, a criação é excluída em algumas comunidades, pelos próprios moradores, como forma de preservação das fontes, rios e nascentes em relação a doenças. A criação de gado, por sua vez, é muito rara, pois são animais de caro manejo e que exigem pastos e medicamentos.



Foto 4 – Panacuns, Timbó  
Autora: Gilca G. de Oliveira, 2007

---

<sup>7</sup> Taipa é um tipo de material para construção de paredes e casas, um dos mais baratos, pois é feito de barro ou cal e areia com estacas e ripas.



A infra-estrutura da região é bastante precária. Em algumas comunidades, não há água encanada, saneamento básico e poucas famílias foram beneficiadas com a energia elétrica. A água é a maior riqueza da região, em geral, é “canalizada” de poços e nascentes pelas próprias famílias com a utilização de mangueiras. O risco no ato da canalização é grande, pois as nascentes se encontram no meio da mata fechada do Timbó, onde é freqüente o surgimento de cobras. Em casas cuja localização se dá em áreas de grande altitude, como no caso da Região da Serra do Timbó, as famílias ficam submetidas à busca diária com “latas na cabeça” (cerca de aproximadamente 23% das famílias desta região). Outra problemática com relação á água é que pouca são as casas que tem registro da saída de água muitos deles deixam a água correr livremente.

A água para beber, na maioria das casas, é filtrada ou fervida, com exceção de uma expressiva parcela de pessoas (26%) na Região Central que não fazem qualquer tipo de tratamento. Com relação ao esgotamento sanitário, a maioria utiliza-se do fosso comum e aproximadamente 38% fazem o uso do quintal para atender suas necessidades biológicas. A foto 6 a seguir exemplifica o uso da água:



Foto 5 – Água do Timbó  
Autora: Gilca G. de Oliveira, 2007

O lixo produzido, em geral, é queimado e tem o resto orgânico separado com o intuito de servir de adubo para a lavoura ou de alimento para os animais. Assim como esperado, a região que mais utiliza a terra, a Região da Serra do Timbó, é também a que mais utiliza agrotóxicos

---

<sup>8</sup> Cesto de cipó com alça.

nas plantações, aproximadamente 33%. O mais preocupante é o destino dado às embalagens. Grande parte joga no quintal e os demais reutilizam como forma de armazenamento de água, por exemplo.

A presença governamental é muito limitada. O acesso à energia elétrica é muito limitado. A população da amostra que apresenta o maior grau de acesso à energia elétrica encontra-se na Região da Serra do Timbó. Nas demais localidades, o uso de candeeiro e velas é comum.

As estradas são outro grave problema na região. Durante o período chuvoso, as crianças deixam de ir à escola, pois a condição das estradas é perigosa. Poucos são os caminhos que possuem cobertura de cascalho e, decorre daí, outro dilema: a dificuldade de escoamento da pouca produção agrícola das famílias. Isso implica na atuação de atravessadores, o que reduz ainda mais a renda das famílias.

A agricultura familiar aqui entendida como aquela dirigida pelo próprio produtor e que tem as atividades exercidas, em sua maioria, por membros do domicílio em questão mostra forte presença, (100%), sendo predominante o cultivo de banana, café, cacau, mandioca e maracujá. Confirmando dados do último censo rural (1995/1996), nos municípios onde se localizam essas comunidades, esses produtos são aqueles cuja produção ocorre de maneira predominante.

Iniciativas como associações, cooperativas e mutirões são pouco frequentes, com exceção da Região da Serra do Timbó. A capacidade de cooperação entre os indivíduos da comunidade está restrita aos seus familiares e vizinhos, em menor grau, ocorrendo somente a permuta de alguns dias entre esses membros<sup>9</sup>. Além disso, a atuação do sindicato nas áreas pesquisadas deixa a desejar, o que provoca certo descontentamento entre os moradores.

Essas características já permitem a prévia avaliação da composição de renda dessas famílias. Acredita-se, diante de tal descrição, como já mencionado, que a principal forma de obtenção de renda não seja oriunda do trabalho agrícola e sim das transferências e benefícios governamentais. No entanto, ainda não se sabe o grau de abrangência desses benefícios e

---

<sup>9</sup> Os conceitos de “permuta de dias” ou “troca de dias” equivalem à troca de dias de trabalho de membros da mesma família ou de famílias diferentes nas praticas da lavoura.

transferências, o que torna difícil afirmar se a principal renda advém destes. Neste sentido, a análise proposta neste estudo que será abordada nos próximos capítulos poderá auxiliar na elucidação de questões como estas.

## 4 A RENDA DA AGRICULTURA FAMILIAR

### 4.1 RENDA AGRÍCOLA

Há, entre os teóricos da área, diversas conceituações para a definição de agricultura familiar. Neste sentido, o que ocorre é a formulação de aspectos que caracterizem tal expressão na tentativa de estabelecer um consenso. Esses aspectos englobam elementos complexos, únicos e representativos como, por exemplo, o trabalho familiar.

Sendo assim, esse estudo se pautará no conceito desenvolvido por Evangelista (2000, p.2) “(...) considerou-se estabelecimento integrante da agricultura familiar aquele dirigido pelo próprio produtor rural e que utiliza mais mão-de-obra familiar que contratada”.

Ainda segundo o autor, em um estudo realizado pelo Projeto Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a grande maioria dos municípios nordestinos se enquadra na categoria agricultura familiar de acordo com o conceito estabelecido. Esses estabelecimentos abrangem 43,5% da área e possuem renda inferior a um salário mínimo evidenciando a pobreza na região.

O que a agricultura familiar vive hoje no Brasil é um processo de mudanças no que diz respeito à questão relacionada ao conceito de rural, que passa a ser visto não apenas como um espaço geográfico, mas como um ambiente cultural, econômico, político e social, com tentativas de formulações de reprodução do seu meio através de, por exemplo, políticas de crédito.

Este novo ambiente no qual se forma a agricultura familiar toma, por vezes, papel secundário na geração de renda mediante a inclusão de seus familiares em atividades de outros setores na área rural, geralmente sub-ocupações que não requerem qualquer nível de qualificação. A destruição desse modo de vida surge como um fator preocupante para a sociedade, visto que a



impossibilidade de reprodução do meio agrícola familiar acaba por expulsar o homem do campo na busca por novas alternativas de renda nas cidades, o que pode gerar um imenso contingente de excluídos, pois esses indivíduos não estão devidamente capacitados para a realização de trabalhos em outros setores, principalmente na área urbana onde a qualificação é, cada vez mais, exigida para a ocupação de toda a espécie de postos de trabalho.

A política agrícola no Brasil nunca foi voltada a agricultura familiar, tampouco ao acesso dos excluídos à posse da terra. Conforme Guanziroli (2001), a explicação para tal fato pode vir de teóricos como os neoclássicos e marxistas. Para os primeiros, a política voltada à agricultura familiar não ocorreu no Brasil porque, apesar da presença de mão-de-obra ampla e barata, a intervenção governamental no mercado ocasionou uma elevação nos níveis de salário que levou a uma forte mecanização no campo, mesmo apresentando um alto custo, o que acabou sendo compensado pela economia proporcionada com relação ao uso de trabalhadores.

Sob a ótica marxista, a explicação advém da lógica do processo de acumulação ocorrido no país, pois a grande presença de mão-de-obra, formando o chamado “exército de reserva”, serviu para abastecer e viabilizar o crescimento da indústria em detrimento à fixação do agricultor no campo através de uma política explícita que buscasse tal resultado.

Apesar de tais teorias, o que Guanziroli (2001) chama a atenção é que o verdadeiro fator advém do processo histórico da sociedade brasileira onde a classe dominante e escravocrata do país tratou de proteger a sua condição de elite. Assim, a nítida falta de um projeto nacional não excludente ainda se faz presente nos tempos atuais.

Neste sentido, história do espaço rural brasileiro baseado na monocultura de exportação e pecuária em grande escala são fatores determinantes para a atual estrutura fundiária observada no país. Outro fator decisivo, salientado por Moreira (2007), decorre do processo inflacionário vivido no período até 1994, que fazia das estruturas agrárias um meio de não degradar os ativos financeiros, valorizando ainda mais as terras e inviabilizando o acesso dos mais pobres. Além disso, o próprio crédito agrícola, direcionado aos grandes proprietários, contribuía para a valorização fundiária.

Deste modo, a questão da agricultura familiar no país mostra-se complexa. No Brasil, a agricultura familiar é renegada à segundo plano e subordinada a políticas urbanas de modernização e desenvolvimento rural que implicam no abandono da sua real concepção (GUANZIROLI, 2001).

Neste sentido, a explicação do sistema de produção agrícola familiar servirá para auxiliar a elucidar tal conceito e entender o processo de reprodução destes no meio rural, neste caso, no Timbó. Vale salientar, que, além do sistema de produção inerente a agricultura familiar, o novo rural inclui novas ocupações para essas famílias e novas fontes de renda oriundas de trabalhos não-agrícolas. É o que alguns autores chamam de *part-time farmer* (agricultor em tempo parcial), ou seja, agricultores que não se dedicam totalmente a agricultura e diversificam suas atividades com vistas a melhorar sua renda familiar. Esse fato será melhor elucidado na seção que trata de renda não-agrícola deste estudo

#### **4.1.1 Sistemas de produção da agricultura familiar**

O sistema de produção da agricultura familiar no Nordeste brasileiro, segundo Guanziroli (2001), é numeroso, diverso e bem caracterizado pela concentração, baixo nível de renda, dificuldades climáticas que vão desde o clima e hídricas e a problemas ambientais.

Com base nos estudos de Melo e Andrade (1980), o autor adverte que o macrozoneamento do Nordeste abrange muito mais do que se estabelece (Litoral, Sertão e Agreste). Há também o que Melo chama de sistema gado-policultura (gado-subsistência-algodão) caracterizado pela combinação da criação de gado com lavouras predominando feijão, milho e mandioca. Esse Sistema gado-policultura foi aos poucos perdendo sustentabilidade, processo esse causado pelo “bicudo-do-algodoeiro”, pela perda da fertilidade do solo, pela valorização das terras e pelo crescimento demográfico.

Guanziroli (2001) destaca que sistemas agrários comuns e predominantes são aqueles existentes no litoral, baseado na produção de cana-de-açúcar e café, monoculturas extensivas, que historicamente contribuíram na formação do país e fazem parte da sua história. A crise

desse tipo de sistema de produção é verificada na própria história do país, principalmente em áreas como o Nordeste brasileiro.

No Nordeste ocidental existem os “cocais” sistemas com combinação subsistência, criatórios e extrativismo vegetal principalmente do coco babaçu. Há ainda aqueles autores que incluem os cocais em sistemas agroflorestal apesar do emprego de técnicas de roçagem e queima. Esse conceito se aplica ao Sul da Bahia, no cultivo de cacau conhecido como “cabruca” e também visto em algumas regiões do Timbó.

Outras técnicas como a mecanização e a irrigação surgem no Nordeste na década de 1970, principalmente nas áreas do Rio São Francisco. Ou seja, o que se percebe nesta região há uma grande diversificação de sistemas de produção atribuídos, segundo Guanziroli (2001), ao fluxo migratório de pessoas do sudeste do país, bem como a atuação de ONGs e multinacionais que atuam adaptando suas técnicas na área.

Com relação ao agricultor familiar do Nordeste, este tem a atividade de alto consumo como predominante, desde a criação de pequenos animais, principalmente galinhas e porcos nos quintais, alimentados com restos de comida e plantação até a criação de animais de maior porte como gado, mediante aluguel de pastos.

Conforme dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2007) os nove principais produtos da agricultura familiar no Nordeste são: pecuária de leite, pecuária de corte, feijão, mandioca, galinha, extração vegetal, arroz, banana e hortaliças. Na Bahia ainda inclui-se o cacau, a criação de suínos e a caprinocultura.

Uma grande dificuldade do agricultor familiar está na formação de capital para a aplicação de recursos utilizados na lavoura seja com o intuito de ampliação ou manutenção da produção. Neste sentido, o Governo Federal tem objetivado a criação de linhas de financiamento com destaque ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), programa que será discutido e analisado na seção a seguir.

#### **4.1.2 PRONAF: Alternativa de crédito ao agricultor familiar**

A atual política governamental com relação à agricultura familiar tem como principal elemento o PRONAF. Em 1995, foi instituída a sua ação através da resolução nº. 2.191 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

O PRONAF tem suas diretrizes voltadas a questões relacionadas à produtividade e a rentabilidade crescente o que, segundo seus criadores, resultaria em melhorias na competitividade nacional e na qualidade de vida no campo. Porém, conforme Carneiro (1997), essa política é bem questionável. As diretrizes do PRONAF são baseadas no modelo francês do pós-guerra voltado a modernização da produção agrícola e da sociedade rural, mas a autora ressalta a existência de diferenças nos processos históricos e as especificidades de cada local tornam os seus efeitos dispares.

No caso francês, cujo modelo o PRONAF se baseou, as políticas voltadas ao agricultor familiar despenderam de consideráveis somas orçamentárias associadas a fortes políticas sociais que garantiram a mudança da sociedade camponesa francesa. Neste sentido, era de se esperar que a política francesa obtivesse êxito na sua atuação, o que verdadeiramente ocorreu, mas trouxe enormes problemas:

(...) Os resultados econômicos, rapidamente alcançados, melhores que os esperados, ocasionaram, porém, um novo problema social e ambiental: a desertificação do campo e o inchamento de algumas cidades, incapazes de absorver a mão-de-obra dispensada pelo novo padrão de produção agrícola (CARNEIRO, 1997, p.5).

No mesmo período de pós-guerra, no entanto, o Brasil voltou seus esforços à modernização da grande produção; e agora, ao agricultor familiar, mas nos moldes franceses que pode resultar em graves problemas para o país posteriormente, como a exclusão de parcela da população rural para as cidades intensificando os problemas sociais.

Kageyama (2003) em seus estudos sobre o tema afirma que o crédito do PRONAF está fortemente associado ao nível tecnológico e a produtividade agrícola, o que lhe confere caráter de substituto do antigo crédito subsidiado, portanto acaba por excluir parcela considerável de produtores rurais. Além disso, a questão da renda entre os domicílios beneficiados ou não pelo programa foi observada e, segundo ela, a renda domiciliar média entre os domicílios com ou sem o crédito não apresenta grandes diferenças, que podem ser explicadas por outras variáveis como escolaridade, número de aposentados, presença de renda não-agrícola ou outras fontes de renda.

Outra conclusão alusiva do estudo é a forte associação das áreas favorecidas pelo crédito do PRONAF com a erosão e o abuso do uso de produtos químicos, o que favorece a degradação das áreas, questão relevante em tempos de problemas ambientais como os que vivemos atualmente.

É possível que tais problemas gerados pelo PRONAF estejam condicionados a sua frágil aplicação e a falta de outras políticas voltadas para a agricultura familiar, como a extensão rural. A simples inclusão de apoio técnico especializado poderia, em muito, resolver algumas questões de produção não observadas pelo agricultor, assim como a criação de escolas técnicas poderia servir como forma de capacitação do jovem do campo, garantindo a reprodução das áreas rurais e amenizando o êxodo rural, viabilizando melhorias na qualidade de vida do campo. O certo que o PRONAF é uma tentativa de política pública voltada ao homem rural, mas deve ser constantemente avaliada e transformada, a não ser que o objetivo do país não seja a construção de uma estrutura agrícola familiar fortificada.

#### 4.2 RENDA NÃO-AGRÍCOLA: OS FENÔMENOS PLURIATIVOS

A área rural vem passando por transformações e formando novas tendências, em algumas regiões com maior presença e em outras com pequena relevância. A antiga concepção de mundo rural, espaço reservado somente às atividades agrícolas, não condiz com o que

atualmente tem-se observado. A busca por vicissitudes de rendimento tem apresentado um quadro diferente daquele observado no passado.

A nova configuração do rural traz consigo a busca por alternativas de renda que agora não provêm unicamente das atividades agrícolas. Em algumas localidades, as novas atividades do homem rural são tipicamente urbanas. Em comum, somente o fato de todas não exigirem do trabalhador qualificação o que, portanto, caracteriza as atividades precárias.

Silva (2002) afirmam que esse novo rural é composto de três grandes grupos de atividades: aqueles relacionados à agroindústria, baseados em *commodities*; aqueles ligados a atividades não-agrícolas, como turismo e prestação de serviços, por exemplo; e aqueles ligados a nichos de mercado agrícola.

Ainda conforme os autores, essa nova concepção de nichos na verdade não são novas. O que ocorre é a reformulação de atividade que antes eram de “fundo de quintal” (como a fabricação de doces, móveis, artesanato, caça, pesca, cultivo de flores, dentre outros) e, agora, tomam um novo formato, constituindo uma cadeia produtiva e envolvendo mais que atividades da agroindústria, configurando alternativas de renda. É o que os autores chamam de “*mecanização do tempo livre*”.

Campanhola e Graziano (2007), com base nos dados do Projeto Rurbano, observaram uma redução das pessoas ocupadas na agricultura entre os anos de 1992-1997. No entanto, para esse mesmo período, o número de ocupados em outras atividades não-agrícolas aumentou, principalmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte onde, segundo os autores, o número de atividades não-agrícolas ultrapassou aquelas ocupadas na agricultura.

Esse fenômeno não é exclusivamente brasileiro. Segundo Kageyama (2003), citando Barrett, Reardon, Webb (s.d.) os rendimentos não agrícolas obtidos em trabalhos de outras atividades consideradas não-agrícolas e outras fontes de recursos como aposentadorias, pensões e aluguéis, por exemplo, são cada vez mais comuns na composição de renda das famílias ou

domicílios rurais<sup>10</sup> nos países em desenvolvimento. Em continentes como a África, por exemplo, para as famílias que tem a agricultura como sua principal atividade, a renda não agrícola variou de 36 a 45% da renda total, na Ásia entre 29 e 35% e na América Latina, entre os anos 1970 a 1990, em torno de 40%.

Essa diversificação da renda vem ajudando na eliminação da pobreza dessas famílias, uma vez que podem funcionar como formas alternativas de sobrevivência. A autora ressalta:

A diversificação da origem das rendas como uma trajetória possível para sair do estado de pobreza pode atuar de diferentes maneiras: constituindo um expediente de sobrevivência usado pelos mais pobres apenas para continuar residindo na área rural, ou propiciando um complemento de renda que viabiliza a modernização da atividade agrícola e alguma acumulação de capital; pode tornar-se um seguro contra riscos climáticos e econômicos, impedindo que as famílias caiam abaixo da linha de pobreza nos períodos de escassez agrícola ou de preços baixos e, principalmente, as rendas complementares podem aumentar as chances de obter novos ativos físicos ou qualificações que ajudem a sair do patamar de pobreza a longo prazo (KAGEYAMA, 2003 p. 68).

Esse fenômeno conhecido, como pluriatividade, é conceituado por Silva (2002, p. 54) quando:

(...) famílias nas quais pelo menos um membro exerceu uma ocupação agrícola e outro, uma não-agrícola; ou, ainda, quando pelo menos um dos membros declarou ter dupla atividade agrícola (ocupação principal e secundária) na semana de referência.

Assim como para Silva (2002), Kageyama (2003, p. 77) define pluriatividade como sendo “a combinação de ocupações agrícolas e não-agrícolas no mesmo domicílio (ou no interior da mesma família)”. Para esse estudo, considerar-se-á enquanto famílias pluriativas aquelas que exercem ocupações em outros setores e aquelas famílias que praticam atividades agrícolas fora de seu sistema de produção como, por exemplo, a ocupação de diarista. A renda obtida da atividade de diarista será considerada em separado das demais atividades consideradas como

---

<sup>10</sup> Kageyama (2003) chama a atenção para a diferenciação conceitual dos termos agrícola e rural. Segundo a autora, o termo agrícola refere-se a um setor de atividade da economia, enquanto que rural abrange um conceito territorial e espacial, não podendo ser identificado como setor de atividade.

não-agrícolas. Considera-se que, esta atividade, é uma atividade agrícola de ação indireta do agricultor/trabalhador rural. E, neste sentido auxilia a verificar a importância do setor agrícola na geração de renda.

Com relação à renda per capita das famílias pluriativas, pesquisas mostram que esta costuma ser superior a renda per capita de famílias agrícolas. Além disso, o efeito das transferências previdenciárias nas famílias pluriativas é menor que nas famílias agrícolas (SILVA, 2002).

É possível que essa nova busca por atividades não-agrícolas em setores agrícolas seja decorrente da mecanização e da modernização do campo, que vem eliminando postos de trabalho no setor agrícola, além de todo o processo em que se deu o desenvolvimento da área rural no Brasil, especialmente a partir da segunda metade da década de 1960.

Como afirmado anteriormente, grande parte das atividades não-agrícolas exercidas no campo têm caráter precário e normalmente exigem baixa qualificação. Entre os setores que mais se destacam estão os relacionados à prestação de serviços, à indústria de transformação e ao comércio. Entre as atividades mais comuns e representativas estão o trabalho doméstico, seguido da construção civil e os trabalhos ligados ao ensino público (SILVA, 2002).

Sendo assim, os fenômenos pluriativos podem até servirem como alternativa de renda aos agricultores locais, mas a precariedade das ocupações mostra a necessidade de intervenção governamental com políticas de qualificação do homem do campo, seja voltada ao campo ou a área urbana, ou até mesmo uma reflexão sobre revitalização da agricultura familiar.

### 4.3 BENEFÍCIOS E TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

#### 4.3.1 Previdência rural no Brasil

A importância das transferências previdenciárias na composição da renda das famílias vem sendo confirmada por diversas pesquisas na área, tal como a Pesquisa Nacional de



Amostragem por Domicílio (PNAD), por exemplo. Destaca-se o impacto dessas transferências no âmbito rural, que são intensas devido à dificuldade de geração de renda no setor.<sup>11</sup> A conquista pelo direito a aposentadoria rural não foi simples e, desta forma, um breve relato sobre essa história mostra-se necessário<sup>12</sup>.

#### 4.3.1.1 Trajetória histórica da Previdência Social no Brasil.

O sistema previdenciário no Brasil, como se conhece hoje, sofreu diversas alterações ocasionadas pela evolução da sociedade brasileira com destaque para o processo inicial de industrialização e os períodos de elevado crescimento econômico, com diversificação de setores. Além disso, cabe ressaltar os movimentos ideários políticos e sociais que se estabeleceram a partir da Segunda Guerra Mundial.

O marco inicial da Previdência, nos moldes atuais, decorre do Decreto de n.º 4.628 de 24 de janeiro de 1923 – Lei Eloy Chaves<sup>13</sup> – que instituiu a Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP) para os empregados das empresas ferroviárias. Logo de início, demasiados decretos surgiram incluindo no sistema funcionários de vários setores como portuários e marítimos (1926); trabalhadores dos serviços telegráficos e radiotelegráficos (1928); empregados nos serviços de força, luz e bondes (1930); empregados dos demais serviços públicos concedidos ou explorados pelo Poder Público (1931) e; trabalhadores das empresas de mineração (1932).

No ano de 1930, novas mudanças ocorreram na Previdência impulsionadas pelas transformações na conjuntura política, econômica e social no Brasil. O fim da Primeira República e a nova era comandada por Vargas assinalaram um período de buscas por reformas

---

<sup>11</sup> A geração de renda no setor vem sendo prejudicada pela mecanização e modernização agrícola que acaba por precarizar, ainda mais, os poucos postos de trabalho do setor, e pela falta de implementação de políticas agrícolas voltadas ao pequeno produtor.

<sup>12</sup> A seção relacionada à Trajetória da Previdência Social no Brasil é uma compilação das idéias dos autores: Delgado e Cardoso (1999); Anjos e Ribeiro (2005); Beltrão, Pinheiro e Oliveira (2000); Irmão, Moeller e Lima (2001); Afonso (2003); e, Kageyama (2001), entre outros devidamente citados no corpo do texto.

<sup>13</sup> Eloy de Miranda Chaves, nascido em 1875, ocupou importantes cargos como: Promotor Público, Vereador e Secretário Estadual de Justiça e Segurança Pública do Estado de São Paulo, mas o auge da sua carreira ocorreu como Deputado pelo Partido Republicano Paulista (PRP) através da criação do projeto de lei que instituiu a CAP

sociais. A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio representava as modificações do período, inclusive aquelas relacionadas com a intermediação das relações entre as empresas e os trabalhadores. Uma das suas atribuições era orientar e supervisionar a Previdência Social, inclusive como órgão de recursos das decisões das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs).

Assim como as CAPs, instituídas pela Lei Eloi Chaves, não beneficiavam a todos os trabalhadores, a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio somente beneficiou os trabalhadores urbanos. O primeiro IAP originado foi o dos Marítimos (1933), seguido pela criação de diversos outros, como: Comerciais (1934); Bancários (1934) e Industriário (1936). Segundo o Ministério da Previdência (2007), havia uma grande dificuldade na gestão das IAPs, pois cada instituição criada gerava suas próprias regras o que ocasionava disparidades entre os direitos dos trabalhadores, que eram ainda mais nítidas, em 1945, quando as mesmas passa a incluir auxílios nas áreas de alimentação, habitação e saúde.

Em 1943, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio legitima a nova organização das leis trabalhistas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) tendo elaborado no mesmo ano, o primeiro projeto de Consolidação das Leis de Previdência Social. Em 1960, a Lei nº 3.807 de 26 de agosto, criou a Lei Orgânica de Previdência Social (LOPS), que unificou a legislação referente aos IAPs e às CAPs, porém não unificou a sua gestão (ANJOS, A.; RIBEIRO, 2005).

Até então, o homem rural não era foco das políticas previdenciárias. Contava com o Serviço Social Rural, criado 1955, incorporado à Superintendência de Política Agrária em 1962. É provável que, pelo fato de João Goulart estar no poder naquele período, e suas “reformas de bases” terem como carro chefe a reforma agrária, em 1963, houve uma melhora com relação aos direitos do trabalhador rural com a criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). O Funrural dispunha sobre o trabalho rural, o sindicato rural e as regras do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural. Com relação a este último, a Lei n.º4.214 deliberava:

---

dos Ferroviários e, que tem seu nome - Lei Eloy Chaves. Mais informações estão disponíveis no site: [www.pindavale.com.br/filhosilustres/eloychaves.asp](http://www.pindavale.com.br/filhosilustres/eloychaves.asp).

**Art. 158.** Fica criado o "Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural", que se constituirá de 1% (um por cento) do valor dos produtos agropecuários colocados e que deverá ser recolhido pelo produtor, quando da primeira operação ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, mediante gula própria, até quinze dias daquela colocação. § 1º Na hipótese de estabelecimento fabril que utilize matéria-prima de sua produção agro-pecuária, a arrecadação se constituirá de 1% (um por cento) sobre o valor da matéria-prima própria, que for utilizada. § 2º Nenhuma empresa, pública ou privada, rodoviária, ferroviária, marítima ou aérea, poderá transportar qualquer produto agro-pecuário, sem que comprove, mediante apresentação de gula de recolhimento, o cumprimento do estabelecido neste artigo (BRASIL, 1963, p 30)

Após o Funrural, novos decretos se estabeleceram com novas deliberações. Entre elas destacam-se: o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em 1966; o Seguro de Acidentes do Trabalho da Previdência Social em 1967; e, o surgimento do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1966, que reuniu os institutos de aposentadoria e pensões e unificou a gestão.

Nesse novo contexto, o Estatuto do Trabalhador Rural foi reformulado pelo Decreto 276 de 28 de fevereiro de 1967 e atribuiu ao INPS o papel de arrecadar as contribuições que passavam a ser recolhidas pelo adquirente e não mais pelo produtor como estabelecido anteriormente. O objetivo era facilitar a fiscalização uma vez que se esperava que quem industrializasse o produto fosse vinculado ao sistema previdenciário (BELTRÃO; OLIVEIRA; PINHEIRO, 2000).

Em 1969, surgiram novos decretos relacionados ao setor rural, com destaque para o regulamento da Previdência Social Rural voltado ao trabalhador da agroindústria canavieira, mediante um plano básico e, mais tarde, sendo ampliado a outras atividades rurais. No entanto, estes programas não obtiveram o êxito esperado, obrigando o governo a buscar novas alternativas aos trabalhadores desse segmento. Um ano depois, em 1970, foram criados novos programas: Programa de Integração Social (PIS); o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que segundo o Ministério da Previdência, após um período ficou responsável por emitir os documentos necessários à obtenção da aposentadoria rural.

No ano de 1971, em substituição ao Plano Básico de Previdência Social Rural, foi criado o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural - PRO-RURAL (Lei Complementar n.º 11 de 25/05/1971), que foi regulamentado em 1972. O PRO-RURAL proporcionou imediata assistência aos trabalhadores rurais e pescadores, estendendo-se a garimpeiros a partir de 1975. Os benefícios, que tinham como teto meio salário mínimo, eram oferecidos às pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, sendo restrito aos chefes de família. Além disso, assegurava pensão às viúvas e órfãos, auxílio funeral, assistência médica e aposentadoria por invalidez aos trabalhadores rurais (DELGADO; CARDOSO, 1999).

Em 1974 foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social e, um ano depois, o trabalhador rural passou a ter acesso a uma série de benefícios, tais como a aposentadoria por invalidez, aposentadoria por velhice, pensão, auxílio-funeral, serviços de saúde, readaptação profissional e serviço social.

Beltrão, Oliveira e Pinheiro (2000) chamam a atenção para a existência de dois órgãos diferentes para assistência do beneficiário rural e urbano: FUNRURAL e INPS. Segundo estes autores, a unificação do sistema levou à criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), pela Lei 6.439, de 1º de setembro de 1977, onde cada função passou a ser exercida por um órgão específico.

Para descentralizar as atividades exercidas pelo SINPAS, outras entidades foram criadas como: o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), Legião Brasileira de Assistência (LBA), Fundação Nacional do Bem – estar do Menor (FUNABEM), Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV) e A Central de Medicamentos (CEME). Porém, apesar dos planos ainda não serem universais, o SINPAS constitui o primeiro passo para a universalização como citam os autores:

Mesmo com a manutenção de planos de benefícios distintos - e extremamente díspares – para os trabalhadores urbanos e rurais, o fato é que um sistema previdenciário único, com a criação do Sinpas, marca o início de uma nova etapa: a universalização do seguro social no Brasil. (BELTRÃO, OLIVEIRA E PINHEIRO, 2000)

No entanto, o que garantiu a universalização foi a promulgação da Constituição em 1988, legitimada em 1991. Esta Constituição introduziu vários direitos dentre eles a inclusão do agricultor familiar no sistema previdenciário, além de outras alterações para o homem rural, tais como: a equiparação das condições de acesso para homens e mulheres; redução do limite de idade de homens para 60 anos e mulheres 55 anos; estabelecimento do piso em um salário mínimo e; igualdade de acesso aos benefícios por homens e mulheres. Essas normas juntamente com a exclusão de alguns órgãos como, por exemplo, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS); e, a consolidação do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) deu lugar ao atual Sistema Previdenciário vigente no País.

É notório que a previdência, hoje, passa por sérios entraves, inclusive aqueles relacionados a limitação da arrecadação. O déficit da previdência vem se agravado desde a abertura econômica, que causou em grande instância, o aumento da informalidade no mercado de trabalho, a outras limitações como a própria configuração demográfica do país que evidencia o envelhecimento da sociedade brasileira tanto no âmbito rural como urbano, além das constantes fraudes denunciadas e, de outros elementos. Mas há um fator relevante a ser observado: há uma enorme dificuldade da população em contribuir com o sistema, reflexo de uma sociedade com grandes desníveis distributivos de renda (ALVES, 2002).

Delgado (2006, p. 21) ressalta que “a função ou a finalidade precípua da Previdência Social é a proteção dos cidadãos em situação de risco, sendo a sustentabilidade fiscal do sistema condição mediadora”

Neste sentido é necessário buscar a viabilização da manutenção do sistema que reflete problemas sociais e distribuição de renda do país. Alves (2002) chama a atenção que a arrecadação da previdência tem correlação direta com o nível de desenvolvimento de cada região, então, é bem claro, segundo o autor, que grande parte das aposentadorias rurais no Nordeste do país seja financiada por contribuições previdenciárias do Sudeste o que dá um novo conceito ao sistema previdenciário.

Sendo assim, o papel da previdência passa a ser de redistribuidor de renda e serve como alerta a sociedade brasileira que a desigualdade tende a ser insustentável. É bem possível, então, que

a atual crise financeira do sistema seja fruto da má distribuição de renda do país que obriga a Previdência a ter um papel que nos moldes atuais teoricamente não lhe caberia. Não é objeto de estudo a crise na Previdência, mas cabe aqui uma observação pertinente com relação a tal assunto: a reavaliação das oportunidades de geração de renda, principalmente no meio rural, onde há grande dificuldade de financiamento e falta de programas efetivos, mais do que assistencialista, e sim, que proporcione a grande parte da população brasileira, a verdadeira e justa apropriação dos meios de produção, pode ser a saída tão buscada por todos para a solução da crise previdenciária.

#### 4.3.1.2 Estatísticas e efeitos previdenciários.

Entende-se por benefício às prestações pecuniárias pagas pela Previdência Social aos segurados e a seus dependes, portanto representam desde as aposentadorias, o auxílio-doença, a proteção à maternidade, o salário família entre outros<sup>14</sup> (MPS, 2007).

Dentre estes segmentos de benefícios a análise deste estudo focará nas pensões e, em especial, nas aposentadorias rurais. No Brasil em 2005 havia 12.893.801 aposentadorias ativas, sendo elas concedidas por invalidez, tempo de contribuição e idade. Os gráficos do diagrama 1 a seguir mostram a composição das aposentadorias na zona rural e urbana do Brasil, entre os anos de 2003 a 2005.

---

<sup>14</sup> Esse conceito está explicitado nos Anuários Estatísticos divulgados pelo Ministério da Previdência Social e disponibilizado no próprio site da Previdência ([www.mpas.gov.br](http://www.mpas.gov.br)).

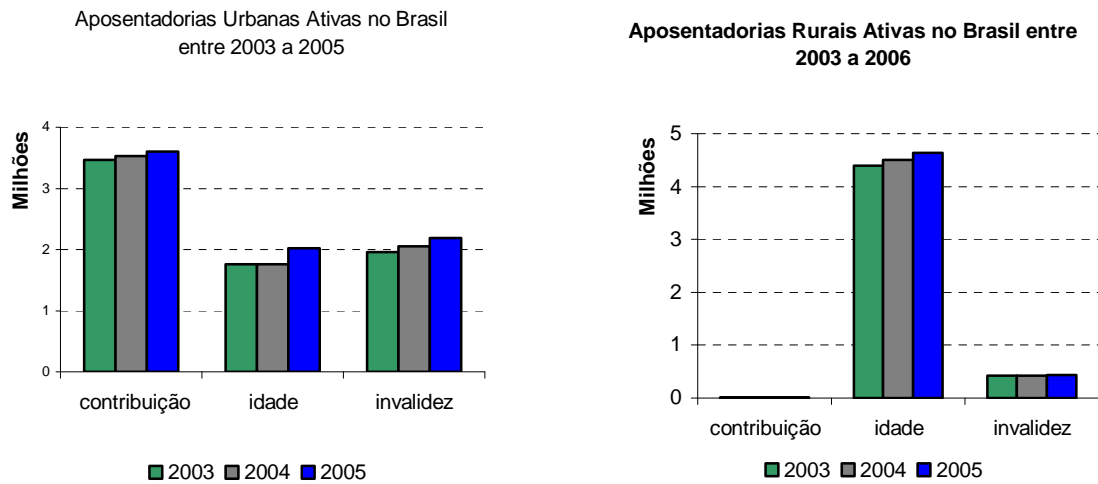


Diagrama 1 – Aposentadorias Rurais e Urbanas no Brasil 2003 a 2005. Elaboração própria, 2007.

Fonte: Ministério da Previdência -ANEP, 2005.

Comparando a área rural com a urbana, percebe-se que na área rural do Brasil, o maior índice de aposentadorias decorre por idade seguida por invalidez e contribuição. Segundo alguns autores, isso deriva da menor expectativa de vida na área rural frente à urbana, portanto a redução da idade para a concessão do benefício (homens 60 anos e mulheres 55 anos validada pela constituição de 1988).

Na área urbana brasileira, a maioria das aposentadorias são concedidas por contribuição, seguida de invalidez e idade. Além da maior expectativa de vida na área urbana há um maior índice de contribuições decorrentes do mercado de trabalho nesta região.

Kageyama (2000) afirma, citando Machado (2000), que há um crescimento no número de aposentados e pensionistas no Nordeste rural brasileiro, justificados pela formalização dos contratos, sindicalização dos trabalhadores e pequenos produtores e, envelhecimento rural. Assim, a Bahia, que é o estado que maior concentra população rural em termos absolutos tem distribuição semelhante no que tange aos tipos de aposentadorias ativas e suas distribuições no país (ALVES, 2002). Observe os gráficos do diagrama 2 a seguir:

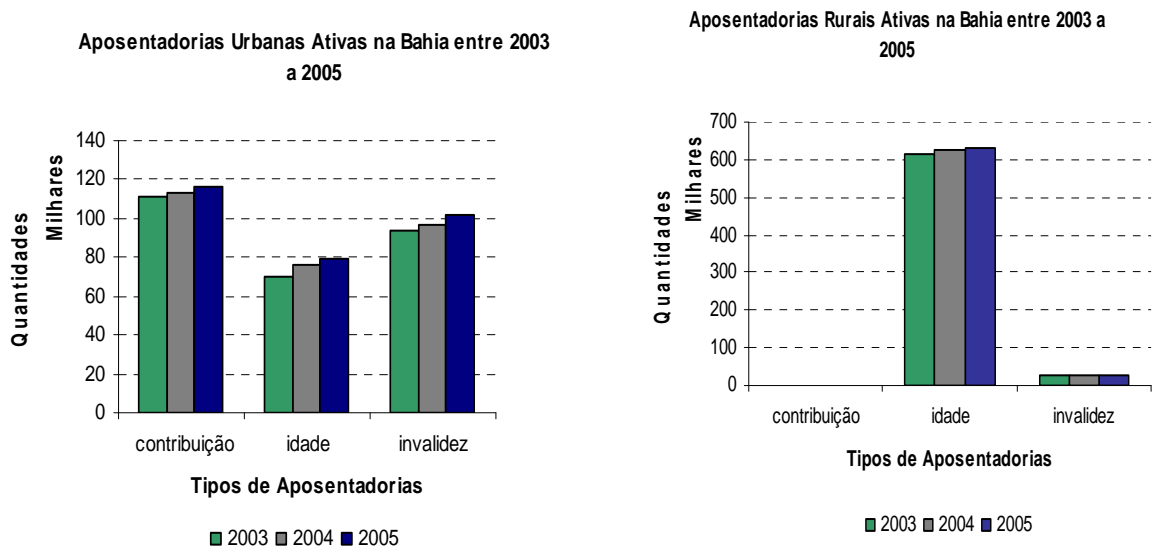


Diagrama 2 – Aposentadorias Rurais e

Urbanas na Bahia 2003 a 2005. Elaboração própria 2007.

Fonte: ANEP, 2005.

Conforme dados do Governo Federal há uma evolução no número de concessões de benefícios em todo país. Segundo estatísticas do Ministério da Previdência Social, até o mês de julho de 2007 foram concedidas 343, 4 mil benefícios no valor total de R\$ 211,3 milhões. Essas concessões ainda refletem o grande número de aposentados por idade na zona rural do total de 7.044.103 aposentados por idade, aproximadamente 69,47% estão na zona rural.

O setor rural tem também outras peculiaridades com relação às aposentadorias. De acordo com Beltrão, Oliveira e Pinheiro (2000) apesar de receberem aposentadorias, os idosos, mesmos aqueles com idade avançada continuam a exercer suas atividades. É bem possível que tal fato decorra da visão que os indivíduos da zona rural tenham da aposentadoria como um “seguro de renda mínima” e que tenham a necessidade de trabalhar para obterem mais renda.

Outra peculiaridade é salientada pelos autores Anjos e Ribeiro (2005). Segundo os mesmos, ocorre uma “masculinização” no campo devido à maior escolaridade das mulheres que resulta em êxodo em busca de melhores oportunidades e maior renda, o que também explicaria o envelhecimento da população rural com a diminuição da natalidade. Todavia a uma “feminização” da velhice que é destacada pelos números da previdência. É possível que tal “feminização” seja derivada de uma maior expectativa de vida das mulheres em relação aos homens, principalmente na área rural.



Outra conclusão alusiva citada pelos autores é a análise aos estudos de Brant (2001) com relação renda em domicílios rurais com presença de idoso e as pensões:

A renda das famílias com presença de algum idoso aposentado rural é acrescida em até 74,5% e quando este idoso é o chefe da família esta contribuição chega a 81,7% da renda total familiar. As mulheres idosas aposentadas ocupam um lugar de destaque, com 87,4% da renda proveniente da Previdência Social, sendo 69,8 das aposentadorias e 17,6% de pensões. No caso dos homens idosos, as aposentadorias correspondem a 54,5% do total da renda e 40,1% proveniente do trabalho, o que indica a presença de idosos inseridos em diversas atividades produtivas. Fato curioso são as rendas oriundas de pensão, em que os homens estão representando apenas 1%. Estes dados permitem inferir uma tendência de sobrevivência feminina com relação aos homens e uma maior acumulação de benefícios previdenciários neste grupo (BRANT, 2001). (ANJOS; RIBEIRO, 2005).

A presença dos benefícios contribuiu para que aproximadamente 45% da população situe acima da linha de pobreza, conforme dados do IPEA, analisados por Anjos e Ribeiro (2005). Neste sentido, Delgado e Cardoso (1999) chamaram a atenção para a importância das aposentadorias no meio rural nordestino, sendo seu peso muito mais relevante que na região Sul. Assim como os autores, Kageyama (2001) também salientou a importância dos benefícios. A autora destaca:

(...) Mas nas regiões mais pobres da Europa e da América Latina, ganham importância os benefícios sociais, e não os rendimentos de trabalhos em atividades não-agrícolas (KAGEYAMA, p. 61, 2001).

Kageyama (2001) ainda ressalta, que o peso dado às transferências previdenciárias na renda per capita das famílias é muito maior na Região Nordeste do Brasil, uma das mais pobres e, que sofre com a baixa mecanização, cultura extensiva pouco moderna e com problemas ligados a questões naturais como a seca, por exemplo. Conforme seus estudos, a autora afirma que das rendas não – agrícolas nos domicílios estudados em sua pesquisa com base no PNAD do ano de 1999, cerca de 31%, no Brasil são de aposentadorias chegando a 38,5% no Nordeste.

Outros impactos causados por essas transferências na região nordeste são avaliados por Irmão, Moellier e Lima (2001). Eles concluíram que o tipo de consumo das famílias beneficiadas é diferente das não beneficiadas pelas transferências previdenciárias. Os impactos da previdência, neste caso, refletem-se, principalmente, nas condições de moradia das famílias que a utilizam para melhorias como a transformação de casa de taipa em adobe, por exemplo. No que tange a ocupação das famílias o estudo aponta para uma grande maioria alocada na economia familiar, o que ressalta ainda mais a importância das aposentadorias na composição de renda dessas famílias, haja vista, a dificuldade de geração de renda através da agricultura familiar e as transferências servirem como reprodução da própria agricultura.

Portanto, as transferências previdenciárias exercem um papel importante na geração e manutenção de renda das famílias na zona rural. Sendo assim, elas têm caráter amenizador das diferenças no campo, tornando o idoso um importante elemento na composição das famílias, não só com provedor de renda, mas também como dinamizador das economias locais.

#### **4.3.2 Programa de Renda Mínima – Bolsa Família.**

As políticas assistenciais vêm ganhando destaque na sociedade brasileira desde a década de 1990, com o Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), acentuando-se com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva. Enquanto o primeiro reivindica a paternidade dos programas assistencialistas baseados em condicionalidades e de natureza não contributiva, o segundo garante ser o responsável pela efetiva implementação e ampliação de tais programas.

Polêmicas a parte, a verdade é que as políticas e os programas assistenciais existem no Brasil desde a década de 1970 (ROCHA, 2005). Os dois maiores programas dessa natureza no país são o Programa Bolsa Família (PBF), que garante renda mínima aos beneficiados, e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que garante renda aos incapacitados e impossibilitados de manterem sua sobrevivência pelo próprio trabalho (JACCOUD, 2006).

O principal ponto que diferencia o BPC do PBF é a base legal e a forma como foram concebidos. O BPC foi determinado constitucionalmente e é regulamentado em 1995 pela Lei

Orgânica de Assistência Social (LOPS) de 1960. O PBF, por sua vez, foi instituído através de medida presidencial de caráter provisório, sendo mais tarde alterada a condição de lei e regulamentada por decretos e normas do Executivo. Assim, o grau de importância dado a cada programa é diferente

A determinação constitucional para a existência do BPC resulta em considerável independência política para o programa. Os direitos sociais estabelecidos pela Constituição têm caráter mais permanente e não são associados a nenhum governo específico. Por ter sido estabelecido por uma medida de origem presidencial, o Bolsa Família é quase que automaticamente associado ao governo que o instituiu e mantém. Em decorrência dessas diferenças, governos específicos, por um lado, não recebem créditos políticos diretos pela administração do BPC e, por outro, são imediatamente identificados ao Bolsa Família. Evidência disso são as disputas pela paternidade política do Bolsa Escola e demais programas de transferência de renda e de seu sucessor, o Bolsa Família, muitas vezes levadas ao extremo de se negar qualquer relação entre eles. Créditos políticos são um elemento de motivação para a boa administração e expansão desses programas. Esta é uma das razões pelas quais o empenho governamental para a disseminação e expansão do Bolsa Família foi (e ainda é) substancialmente superior à atenção dispensada ao BPC, não só pelo próprio governo, mas também pela mídia e pela opinião pública em geral. Ao longo dos últimos anos, nenhum governo empenhou sua força política na defesa de um programa independente como o BPC do mesmo modo que se empenhou em proteger um programa que considerava seu, como o Bolsa Escola e o Bolsa Família (MEDEIROS, 2007, p.9).

Portanto, ainda conforme os autores, o BPC constitui-se num direito de todos aqueles que se enquadram em seus critérios de seleção, enquanto que o PBF é um *quasi*-direito social, pois a condicionalidade, dentre outros fatores, impossibilita encará-lo como um direito social.

O Benefício de Prestação Continuada atua por meio de pagamentos monetários indexados ao salário mínimo. O benefício, efetivamente implementado em 1995, tem como objetivo atender a todos os idosos maiores de 65 anos e pessoas com deficiência severa de qualquer idade com renda per capita inferior a um quarto de salário mínimo. O benefício é administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), mas sua operacionalização é feita pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que avalia o grau de deficiência e necessidade dos beneficiados (MEDEIROS, 2007).

Em maio de 2006, o Benefício de Prestação Continuada atendeu aproximadamente dois milhões e trezentas mil pessoas, mas boa parte da clientela atendida pelo benefício é urbana (JACCOUD, 2006)<sup>15</sup>. Sendo assim, essa monografia não focará o BPC, devido ao seu alcance restrito, praticamente, a área urbana. Neste caso, apenas as transferências de renda feitas pelo PBF serão consideradas, pois, devido a seus critérios de seleção, tem uma abrangência muito maior, alcançando boa parte dos municípios da área rural.

#### 4.3.2.1 Do Bolsa escola, Vale-gás, Cartão Alimentação ao PBF

O PBF teve sua origem na reformulação de três programas assistenciais desenvolvidos no governo de FHC. São eles: Bolsa-Escola; Cartão-Alimentação e Vale-Gás. Conforme Rocha (2005), os programas de FHC tinham como alvo as famílias pobres com crianças de 6 a 15 anos com renda per capita inferior a meio salário mínimo. Cada programa condicionava as famílias favorecidas à escolarização e cuidados com a saúde de suas crianças. A família beneficiada recebia R\$ 15,00 por criança, podendo ter, no máximo, acesso a três quotas do benefício (R\$ 45,00). O único programa a não condicionar e nem levar em consideração as restrições de composição familiar era o Vale-Gás, extinto em 2001, que tinha como meta a assistência no consumo de gás de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. Seu valor era inferior aos outros dois programas (R\$ 7,50) e era pago bimestralmente.

Os programas do Governo FHC tiveram uma expressiva dificuldade de operacionalização. Segundo Rocha (2005), eles foram federalizados entre os anos de 1999-2000, pois a tentativa inicial de municipalização não se mostrou satisfatória, com problemas financeiros e de gestão. Além disso, apesar da ampliação da clientela atendida, era possível encontrar famílias com iguais condições de renda que não tinham acesso aos programas, o que confirma ainda mais a dificuldade de gestão dos mesmos (SENNÁ, 2006).

Rocha (2005) utilizou os dados da PNAD 1999 para avaliar os efeitos que teriam os programas de transferência de renda se, individualmente ou em conjunto, operassem de forma

---

<sup>15</sup> Assim como Jaccoub vários autores concordam que o Benefício de Prestação Continuada atende mais a população urbana que rural. Dentre eles, Medeiros et al (2007).

a atender a clientela potencial definida segundo os critérios de cada programa. Tomando como base os programas Bolsa-Escola, Cartão-Alimentação e Vale-Gás, a autora concluiu que o impacto sobre os índices de pobreza eram baixos, mas diferentes se levado em consideração a região de atuação.

Devido à intensidade de pobreza de cada região, o impacto ocorreria de forma diversa. Nas populações rurais, por exemplo, o impacto sobre a renda desses programas eram superiores àqueles observados na população urbana, especialmente devido ao menor custo de vida das áreas rurais. Além disso, os programas mostraram-se insuficientes em solucionar o problema da pobreza no Brasil. Conforme destaca a autora

Não é surpreendente o impacto potencial reduzido dos programas de transferência de renda criados no governo FHC, dado o seu desenho, isto é, tanto a clientela-alvo como o valor dos benefícios. O fato de que o dispêndio total com os programas para atender a toda a clientela potencial combinada teria sido de R\$ 244,1 milhões em setembro de 1999, o que representa apenas 10,8% do valor total do hiato de renda calculado para que a renda dos 55 milhões de pobres brasileiros atingisse valor equivalente ao da linha de pobreza, torna este resultado modesto um corolário inevitável (ROCHA, 2005 p.172)

Terminado o Governo FHC, o presidente Lula assume, unifica e amplia os programas<sup>16</sup>, a partir da criação do “Fome Zero”, que além do caráter assistencial, possui outras bases operacionais de desenvolvimento como, por exemplo, o apoio a agricultura familiar. O programa foi reformulado em 2003, devido à dificuldade de gestão e abrindo lugar ao Programa Bolsa Família (ROCHA, 2005).

Conforme o Brasil - Ministério de Desenvolvimento Social (2007), a renda familiar é um dos critérios para acessar o programa. O quadro abaixo mostra as exigências:

---

<sup>16</sup> Com exceção dos Benefícios de Prestação Continuada.

Critérios		Ocorrência de crianças/ adolescentes de 0 a 15 anos, gestantes e nutrizes	Quantidade e Tipos de Benefícios	Valores do Benefício
Situação de Famílias	Renda <i>per capita</i> (mensal)			
Situação de Pobreza	De R\$ 60,01 a R\$ 120,00	1 membro	(1) Variável	15,00
		2 membros	(2) Variável	30,00
		3 ou + membros	(3) Variável	45,00
Situação de extrema pobreza	Até R\$ 60,00	Sem ocorrência	Básico	50,00
		1 membro	Básico + (1) Variável	65,00
		2 membros	Básico + (2) Variável	80,00
		3 ou + membros	Básico + (3) Variável	95,00

Quadro 2 – Critérios de Elegibilidade – Programa Bolsa Família, 2007

Fonte: Brasil - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007.

O PBF vem tendo uma escala progressiva no que tange a cobertura. No final do ano de 2003 o programa atendia 3,6 milhões famílias; no mesmo período em 2004, ele alcançou 6,5 milhões o que representa um aumento de aproximadamente 180%; enquanto que em 2005, o aumento foi de aproximadamente 134%, ou seja, 8,7 milhões em valores absolutos; e, em 2006 aumentou 127% em relação ao último ano, o que representa 11,1 milhões de famílias beneficiadas (SENNA, 2006).

Apesar da visível evolução nas estatísticas, sabe-se que o valor concedido pelo programa ainda não é capaz de elevar a renda dos beneficiados acima da linha de pobreza e indigência, tal como ocorre com o BCP que, por ser indexado ao salário mínimo, tem seu nível de contribuição muito mais elevado (JACCOUB, 2006). Mas, estudos como os de Hoffmann (2005), por exemplo, afirmam que de 10% a 20% da redução da desigualdade no país pode ser atribuído a esses programas, resultado que não deve ser negligenciável.

Todavia, muitas críticas ao PBF não devem deixar de ser consideradas. A primeira refere-se ao critério de seleção dos beneficiados. Visto que um dos objetivos do programa é a redução da pobreza, a análise para muitos não deveria ser a renda monetária, pois a pobreza é um fenômeno multidimensional que vai além de recursos financeiros e que inclui outras restrições, tais como o acesso aos serviços básicos – saneamento básico, água encanada, energia elétrica, transporte, saúde, entre outros (JACCOUB, 2006).

Outra crítica relaciona o PBF e suas conseqüências ao mercado de trabalho. Muitos acreditam que o programa seja responsável pelo desestímulo à busca por trabalho. Contudo, essa não é uma crítica pertinente. O PBF atende a pessoas que estão ou não no mercado de trabalho. Para Medeiros (2007, p.19):

(...) o fato é que tomar as transferências como um desestímulo ao trabalho é uma idéia que pode ser fundamentada em preconceitos, mas não se apóia em evidências empíricas. Dados recentes do IBGE mostram que pessoas que vivem em domicílios onde há beneficiários do Bolsa Família trabalham tanto ou mais que as outras pessoas com renda familiar *per capita* similar. Enquanto a taxa de participação no mercado de trabalho das pessoas em domicílios com beneficiários é de 73% para o primeiro decil da distribuição, 74% para o segundo e 76% para o terceiro, a mesma taxa é de 67%, 68% e 71%, respectivamente, para as pessoas que vivem em domicílios sem beneficiários.

Vale lembrar que muitos dos beneficiados pelo PBF fazem parte do setor informal e/ou tem sub-ocupações, bem como os trabalhadores rurais<sup>17</sup>, onde a freqüência de ocupações sem remuneração é bem maior.

Com relação à condicionalidade de freqüência escolar imposta pelo programa, surgem situações inusitadas a autora cita alguns estudos com resultados inusitados. O estudo desenvolvido pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) em 2006 mostra que a criança atendida pelo programa tem menor probabilidade de faltar e até mesmo abandonar a escola. A surpresa advém que os mesmos efeitos são obtidos com programas sem condicionalidades. Carvalho (2001) e Reis e Camargo (2007) concluíram que domicílios com aposentados e pensionistas aumentam a probabilidade de freqüência na escola dos jovens, principalmente de meninas.

Um dos maiores problemas do PBF está no clientelismo associado a ele. É por tal motivo que programas como PBF são bastante vulneráveis, uma vez que estão extremamente vinculados aos governos. No entanto, o saldo total para a sociedade acaba sendo positivo, pois de

---

<sup>17</sup> Segundo Jaccoub (2006), em 2004, 33% dos benefícios pagos pelo PBF eram destinados a população rural, que representa 17% da população total do país.

qualquer maneira esse programa mostra-se como alternativa de inclusão de parcela da população que, historicamente, sempre esteve a margem do acesso a riqueza no país.



## 5 RENDA NO TIMBÓ.

Para facilitar a análise dos resultados da composição de renda das comunidades do entorno do Timbó, foi realizado um agrupamento das rendas observadas em faixas de acordo com a tabela 3 a seguir:

Tabela 3 - Valores das faixas de acordo com o salário mínimo

Faixa I	Até 01 Salário Mínimo
Faixa II	De 01 a 02 Salários Mínimos
Faixa III	De 02 a 03 Salários Mínimos
Faixa IV	Acima de 03 Salários Mínimos

Fonte: Ministério do Trabalho, 2007

Das 175 observações da amostra, foi possível constatar que o rendimento médio domiciliar das famílias de toda a área é de R\$ 413,80, valor situado na faixa II de renda e 8,89% acima do salário mínimo vigente no período de pesquisa. O desvio padrão da renda média mostrou-se elevado (R\$ 276,75), em virtude da grande heterogeneidade da renda observada, apresentando valores que vão desde R\$ 70,00 a R\$ 1.760,00. Considerando as faixas de renda definidas na Tabela 3 é possível ilustrar através do gráfico 1 a decomposição de renda das famílias de toda a área pesquisada.

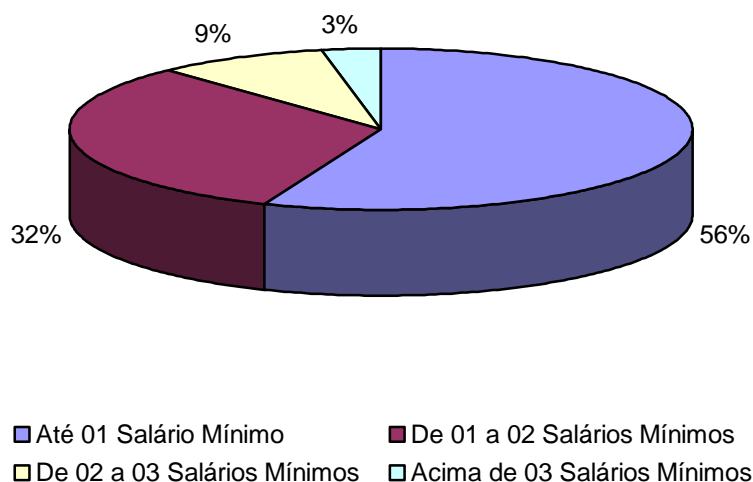


Gráfico 1 Decomposição da renda média domiciliar por faixas de renda, em percentual, Timbó, Amargosa/Bahia, 2007.

Fonte: Elaboração própria, 2007.

As famílias da área do entorno do Timbó, têm como sua ocupação principal a agricultura de base familiar. No entanto, essa ocupação vem sempre associada a outras atividades. No caso das comunidades do Timbó, o trabalho na terra está, em geral, combinado a atividades como o assalariamento ou pagamento de dias de trabalho em outras propriedades agrícolas, assalariamento em atividades não-agrícolas e atividades autônomas.

Assim confirma-se o que Kageyama (2001) afirma sobre a diversificação da renda. Segundo a autora, essa diversificação é uma maneira que o homem rural tem de assegurar renda em períodos de riscos climáticos, de escassez agrícola e preços baixos impedindo, de certa forma, que as famílias caiam abaixo da linha de pobreza. Bem como, para as famílias com rendas mais altas essa diversificação pode incluir uma nova atividade, onde se possa incrementar a renda.

O gráfico 2 a seguir representa a importância de cada fonte de renda, ou seja, das atividades agrícolas, do trabalho de diarista, da renda não- agrícola, das transferências previdenciárias e da Bolsa família, na composição de renda domiciliar média e, informa ainda, qual o peso monetário destas fontes para a renda das famílias.

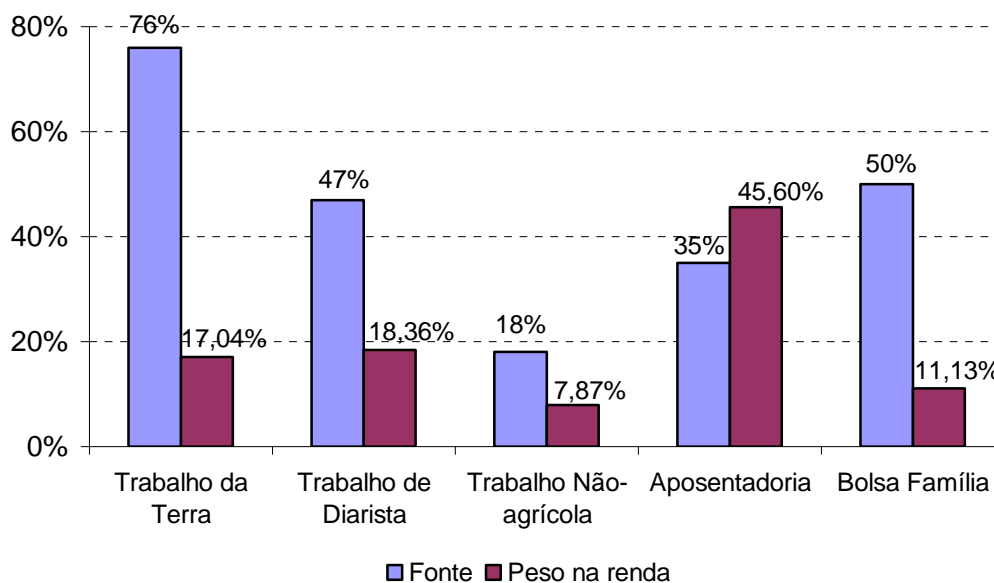


Gráfico 2 Fonte de ocupação e seu e peso nas rendas domiciliares, em percentual ,Timbó, Amargosa/Bahia, 2007.  
 Fonte: Elaboração própria, 2007.

Além das rendas provindas das ocupações, as transferências governamentais, principalmente as previdenciárias, são muito expressivas na composição de renda das famílias. O fato dos benefícios previdenciários estarem indexados ao salário mínimo eleva em muito a renda das famílias que possuem aposentados ou pensionistas em seus domicílios.

Do total da amostra, 66 famílias, ou seja, 38% dos domicílios possuem aposentados ou pensionistas. A renda dessas famílias é em média R\$ 648,00, ou seja, 56,59% superior a média da renda do Timbó. No caso das 109 famílias que não recebem transferências previdenciárias, 62% dos domicílios, a renda média das famílias cai para R\$271,99, que corresponde a 65,73% inferior a média da renda do Timbó.

Dentre as principais fontes de renda aquelas de base agrícola são as mais presentes, ou seja, o trabalho da terra ocorre em 76% dos casos e o trabalho de diaristas em 47% dos casos. No entanto, o peso da renda do trabalho da terra no total da renda média domiciliar é baixo 17,04%, enquanto que o de diarista contribui com 18,36% da renda média domiciliar.

Neste sentido, a renda da terra fornece um montante mensal médio de R\$ 70,43, enquanto os diaristas recebem, na média mensal, pelo seu trabalho R\$ 75,86. A diária paga na região é de R\$12,00 para homens e R\$10,00 para mulheres, observa-se que, se houvesse demanda por trabalho, mesmo com esta baixa remuneração diária, o salário mensal referente a essa atividade deveria ser bastante superior, ou seja, em torno de R\$200,00 por mês para as mulheres diaristas e R\$240,00 para os homens diaristas, se houvesse trabalho nos cinco dias da semana. No entanto, no Timbó, o que se observa é carência de demanda por trabalho agrícola e, sente-se felizado aquele que consegue trabalho pelo menos três vezes na semana, o que vem se mostrando caso raro.

Apesar da atividade na terra ser a principal ocupação, ela não tem grande peso monetário na composição da renda, e existe uma grande dificuldade na sua reprodução. De acordo com depoimentos, esta dificuldade advém de alguns entraves tais como: escoamento da produção, escassez de financiamentos, excesso de oferta e baixa procura. De toda a amostra, 69% afirmaram ter dificuldades em transportar os produtos. Esse número se eleva para 72% nas Regiões I e II. Associado a essa questão está a carência de infra-estrutura nas estradas, cerca de 84% de toda a amostra as consideram em mal estado de conservação.

O Programa Bolsa Família, por sua vez, está presente em 50% das famílias, e tem seu peso na renda domiciliar média em 11,13%. Todas as famílias beneficiadas pelo programa mantêm suas atividades geradoras de renda, como os trabalhos de base agrícola e não-agrícola. Com exceção de uma única família composta por uma mãe solteira com duas filhas pequenas que vive na propriedade dos pais, e que, recentemente, retornou de Salvador, onde exercia atividades domésticas, para a localidade.

Com relação aos financiamentos, como PRONAF e os empréstimos consignados, apenas 26,29% das famílias obtiveram acesso às linhas de crédito. Cabe destacar que, entre aquelas que obtiveram o acesso às linhas de crédito, 37% se referiam ao crédito consignado oferecido aos aposentados e pensionistas. Esses recursos, em geral, foram aplicados na própria área em insumos e sementes.

O trabalho efetivamente de base não-agrícola, está presente em somente 18% dos casos estudados, e são responsáveis, em média, por 7,8% da renda domiciliar média das famílias. Estas ocupações variam, mas em geral, exigem baixa qualificação como as atividades ligadas a construção civil e motoristas de fretes a carga muito comuns na área.

No caso do Timbó, as famílias que possuem diaristas ou exercem atividades não-agrícolas e não recebem benefícios previdenciários têm renda média domiciliar no valor de R\$297,32. Enquanto isso, as famílias que não têm qualquer tipo de ocupação pluriativa e nem transferências previdenciárias, mas recebem Bolsa Família e/ou renda da terra têm renda média domiciliar de R\$177,26.

Cabe aqui fazermos uma observação sobre os fenômenos pluriativos para as análises desse estudo. Consideramos pluriatividade todos os fenômenos de renda gerados por atividades não-agrícolas como pequenos comércios, atividades na construção civil e atividades ligadas ao ensino público ou privado, por exemplo. Sendo assim, para esse estudo, as atividades denominadas pluriativas serão somente aquelas exercidas em ocupações não-agrícolas.

Neste sentido, as atividades denominadas de *pluriatividade de base agrícola*,<sup>18</sup> neste trabalho, serão todas aquelas ocupações agrícolas realizadas em outras propriedades que não a do próprio agricultor, como, por exemplo, o trabalho de diarista.

Sendo assim, as atividades pluriativas poderão ser analisadas de maneira que não se viesem seu valor e importância na renda do trabalhador rural, pois há um contingente relativamente alto de diaristas com montante de renda média baixa e, em contrapartida, tem-se um percentual reduzido de trabalhos efetivamente não-agrícolas que, para a comunidade local, tem rendimentos relativamente altos.

Portanto, analisando esses dois tipos de pluriatividade conjuntamente, pode-se realizar inferências incorretas. Uma delas, diz respeito ao impacto médio exercido pela pluriatividade na renda das famílias. Outro aspecto seria a subestimação do peso da atividade de base agrícola na renda das famílias.

O excesso de oferta dos produtos agrícolas associado, à baixa procura, também são fatores relevantes na determinação da composição da renda das famílias pesquisadas. No entanto, não foi possível inferir sobre a oferta dos produtos, uma vez que havia grande dificuldade entre os entrevistados em mensurar a quantidade produzida de cada item e a quantidade destinada ao mercado. O que se expõe aqui é a impressão obtida na coleta de dados. Por sua vez, a baixa procura dos produtos foi citada como problema por 71% das famílias entrevistadas.

Devido às diferenças e peculiaridades de cada comunidade e a fim de melhor avaliar os resultados, essa seção abordará, de modo pormenorizado, cada uma das regiões pesquisadas, o que permitirá realizar uma comparação global ao final deste estudo.

---

<sup>18</sup> Grifo da autora.

## 5.1 REGIÃO NORTE DO VALE DO RIO RIBEIRÃO

Nesta região, as comunidades apresentaram uma renda média de R\$ 399,42, montante 3,47% inferior à renda média da amostra do entorno do Timbó. O desvio padrão observado foi de R\$ 216,60, abrangendo valores que variaram entre R\$ 100,00 e R\$ 910,00.

Esta região é formada por 31 famílias, o que representa aproximadamente 18% da amostra. Destas, 61%, ou seja, 19 famílias encontram-se na faixa de renda que recebem até 1 salário mínimo (faixa I); 8 famílias, ou 26% do total da amostra, situam-se na faixa de renda que recebem entre 1 e 2 salários mínimos (faixa II) e 13% das famílias desta região, ou seja, apenas 4 famílias recebem entre 2 e 3 salários mínimos (faixa III). Não há famílias, nestas comunidades, que estejam na quarta faixa de renda. A tabela 3 ilustra a composição da renda por ocupações em cada faixa de valor.

Tabela 4 - Decomposição das ocupações por faixas de renda

FONTE	FAIXA I - 19 famílias		FAIXA II - 8 famílias		FAIXA III - 4 famílias	
	Nº famílias	%	Nº famílias	%	Nº famílias	%
Trabalho na terra	11	58%	7	87%	3	75%
Trabalho de diarista	13	68%	1	12%	0	0%
Renda não-agrícola	3	16%	2	25%	1	25%
Aposentadoria	0	0%	6	75%	4	100%
Bolsa Família	11	58%	3	37%	0	0%

Fonte: Elaboração própria, 2007.

Na primeira faixa de renda, onde as famílias recebem até 1 salário mínimo, a maioria das famílias possuem membros na ocupação de diarista, ou seja, 68% de acordo com o gráfico 3 a seguir. Nesta região, as famílias, apesar de não pertencerem à mesma área da Fazenda Timbó Agropecuária Ltda, de acordo com a classificação adotada nesta pesquisa, estão mais próximas à sede da Fazenda, e de outras grandes fazendas, sendo comum que sua mão-de-obra seja mais requisitada, fato que explica a grande incidência do trabalho de diarista.

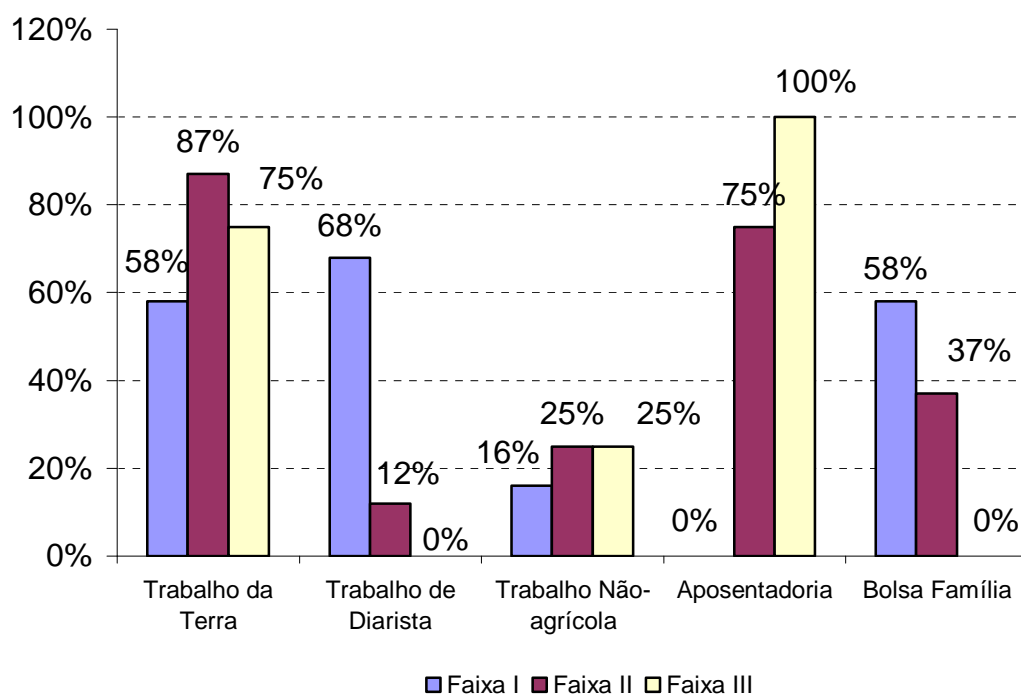


Gráfico 3 Fonte das ocupações por faixa de renda, Região Norte do Vale do Rio Ribeirão, Timbó, Amargosa/Bahia, 2007  
 Fonte: Elaboração própria, 2007

Na segunda e terceira faixas, onde as famílias recebem entre 1 e 2 salários mínimos e de 2 a 3 salários mínimos, respectivamente, a presença dos aposentados é relevante, assim como a renda na terra. É bem possível que o reduzido número de diarista, nestas faixas, tenha relação com os aposentados no domicílio, uma vez, que o incremento da renda permite que os jovens da família se dediquem aos estudos e ao trabalho na terra, como ressaltado pelos estudos de Carvalho (2001) e Reis e Camargo (2007) concluíram que domicílios com aposentados e pensionistas aumentam a probabilidade de frequência na escola dos jovens, principalmente de meninas.

Assim, como esperado, são as famílias com aposentados e pensionistas aquelas que obtêm maior renda, situação que também é observada para toda a amostra. A Bolsa Família, por sua vez, apesar de manter em todas as regiões um percentual semelhante na composição de renda das famílias, ela se mostra de suma importância principalmente nas famílias com faixas de renda inferior a 1 salário mínimo, retirando dessa parcela da população a possibilidade de pobreza extrema.

Além disso, há de se destacar, que, a atuação do Programa de transferência de renda de maior amplitude do governo brasileiro atualmente, o Bolsa Família, tem seu grau de penetração, na Região I, diminuído gradativamente com o crescimento da renda das famílias, o que ilustra a eficiência do mesmo nesta região.

Com relação a ocupação ou transferência responsável por maior peso monetário na composição de renda das famílias, o gráfico 4 permite uma melhor avaliação da região Norte do Vale do Rio Ribeirão:

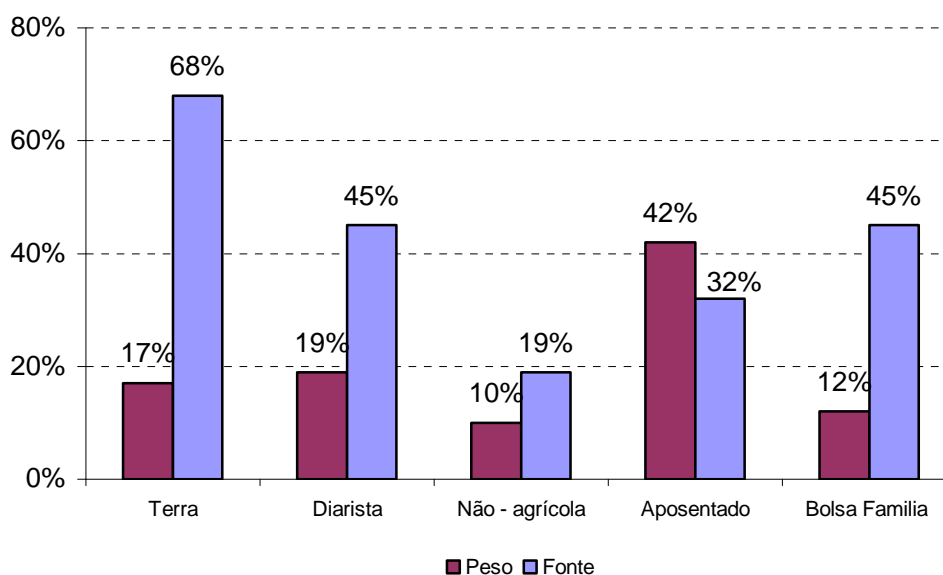


Gráfico 4 Fonte de ocupação e seu peso nas rendas domiciliares, em percentual, da Região Norte do Vale do Rio Ribeirão– Timbó, Amargosa/Ba, 2007.

Fonte: Elaboração própria, 2007.

Assim como observado para toda a amostra as atividades agrícolas são as ocupações mais expressivas da região, sendo o trabalho na terra responsável por 68% e, o trabalho de diarista por 45% das ocupações.

No entanto, o peso das atividades de base agrícola na renda das famílias, se analisado conjuntamente, ainda é inferior (36%) ao peso das aposentadorias e pensões (42%). A Bolsa Família, por sua vez, teve seu peso bem próximo da média de toda a amostra, mas observou-



se que as ocupações efetivamente não-agrícolas, apesar de pouco grau de inserção elevam a renda das famílias que a possuem.

## 5.2 REGIÃO CENTRAL

Dentre as regiões pesquisadas, a região central é a que apresenta a maior renda média domiciliar, estimada em R\$ 448,89, valor 8,48% acima da média de todas as regiões. É nessa região também que há maior concentração de famílias na faixa IV de renda, que representa um montante de renda familiar superior a 3 salários mínimos. O desvio padrão é, também, o maior de todas as regiões (R\$ 329,52) variando com rendas de, no mínimo R\$ 100,00 a, no máximo, R\$ 1.760,00.

Esta região é formada por 54 famílias, o que representa aproximadamente 31% da amostra. Destas, 55%, ou seja, 30 famílias encontram-se na faixa de renda que recebem até 1 salário mínimo (faixa I); 16 famílias, ou 31% do total da amostra, situam-se na faixa de renda que recebem entre 1 e 2 salários mínimos (faixa II) e 7% das famílias desta região, ou seja, apenas 4 famílias recebem entre 2 e 3 salários mínimos (faixa III) e acima de 3 salários mínimos. A tabela 4 a seguir ilustra a composição da renda por ocupações em cada faixa de valor.

Tabela 5 - Decomposição das ocupações por faixas de renda

FONTE	FAIXA I - 30 fam		FAIXA II- 16 fam		FAIXA III - 4 fam		FAIXA IV - 4 fam	
	Nº fam	%	Nº fam	%	Nº fam	%	Nº fam	%
Trabalho na terra	23	77%	13	81%	4	100%	4	100%
Trabalho de diarista	22	73%	6	37%	1	25%	2	50%
Renda não-agrícola	4	13%	6	37%	0	0%	1	25%
Aposentadoria	2	7%	8	50%	4	100%	3	75%
Bolsa Família	17	57%	8	50%	1	25%	4	100%

Fonte: Elaboração própria, 2007.

Em todas as faixas de renda a atividade da terra é comum chegando a 100% das famílias nas faixas de renda como a III e IV, conforme o gráfico 5. A atividade de diarista tem maior incidência na faixa I de renda. As aposentadorias, bem como em todas as regiões ainda se mostra como mais relevantes nas faixas mais altas de renda. Assim como destacaram outros autores em seus estudos, como Beltrão, Oliveira e Pinheiro (2000) as transferências

previdenciárias incentivam a reprodução da agricultura familiar e isso pode ser apontado como um dos fatores que justificam a elevada participação de atividades realizadas na terra na composição de renda

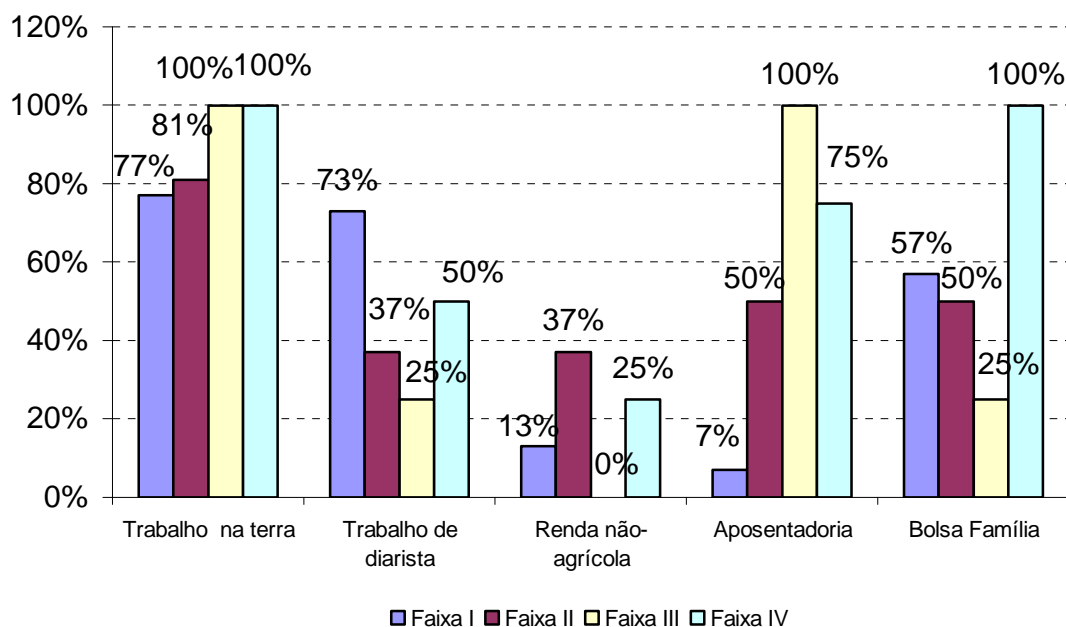


Gráfico 5 Fonte de ocupações por faixa de renda, em percentual, Região Central, Timbó, Amargosa, Bahia, 2007.

Fonte: Elaboração própria, 2007

Com relação a ocupação ou transferência responsável por maior peso monetário na composição de renda das famílias, o gráfico 6 permite uma melhor avaliação da Região Central

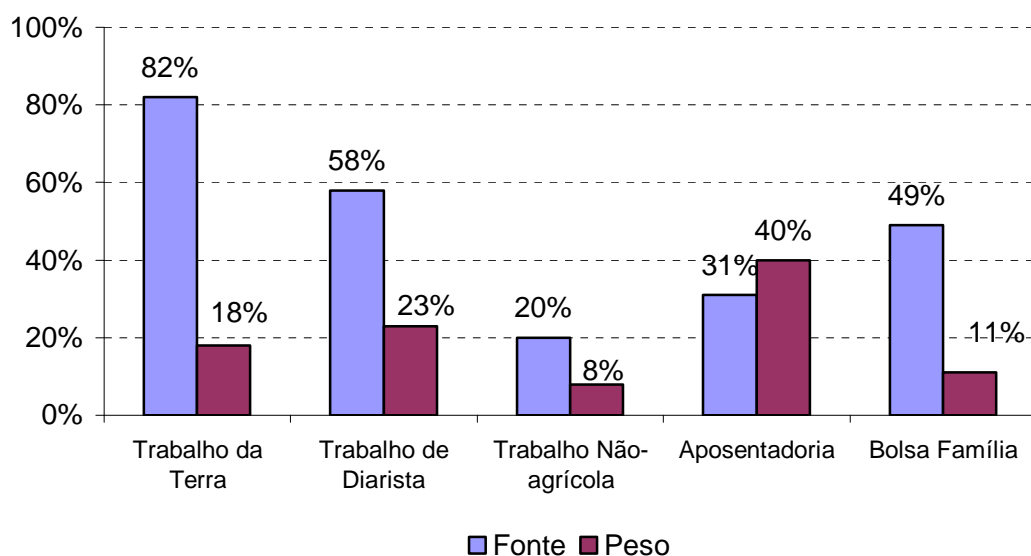


Gráfico 6 Fonte de ocupação e seu e peso nas rendas domiciliares, em percentual, da Região Central– Timbó, Amargosa/Bahia, 2007  
 Fonte: Elaboração própria, 2007

As maiores fontes de renda presentes na Região Central do Timbó são aquelas relacionadas as atividades de base agrícola, sendo que, o trabalho da terra está presente em 82% dos casos estudados e o trabalho de diarista em 58% dos mesmos. Em seguida tem-se o Bolsa Família com 49% dos casos, as aposentadoria e trabalho não-agrícola com 31% e 8% respectivamente. Porém, conforme observado em toda a amostra o maior peso na composição de renda das famílias advêm das transferências previdenciárias.

### 5.3 REGIÃO SERRA DO TIMBÓ

A renda domiciliar média das 89 famílias desta região é a menor dentre as demais pesquisadas, situando-se em R\$ 397,12. Seu desvio padrão é de R\$ 260,19 com variações entre R\$ 70,00 no mínimo e R\$ 1.564,00 no máximo. A primeira faixa de renda concentra 55% da população, na faixa II de renda concentra-se 35% da população e nas faixas III e IV concentram-se, respectivamente 9% e 1% das famílias.

Como explicitado anteriormente essa é região a com menor fertilidade entre todas as que foram pesquisadas. Para corroborar com tal afirmativa, basta observar que grande parcela da população desta área responderam ter problemas de fertilidade do solo.

Neste sentido é de se esperar que a renda da terra seja menor nesta área, bem como a participação desta na composição de renda das famílias. No entanto, os dados dispostos na tabela 4 e no gráfico 7 a seguir retratam a grande importância da ocupação agrícola na região.

Tabela 6 - Decomposição das ocupações por faixas de renda.

FONTE	FAIXA I - 49 fam		FAIXA II- 32 fam		FAIXA III - 8 fam		FAIXA IV-1 fam	
	Nº famílias	%	Nº famílias	%	Nº famílias	%	Nº famílias	%
Trabalho na terra	32	65%	28	87%	7	87%	1	100%
Trabalho de diarista	24	49%	10	31%	3	37%	1	100%
Renda não-agrícola	8	16%	5	16%	2	25%	0	0%
Aposentadoria	6	12%	21	66%	7	87%	0	0%
Bolsa Família	26	53%	18	56%	3	37%	0	0%

Fonte: Elaboração própria, 2007.

Com relação à alta atividade agrícola na área, é possível que concentração decorra da dificuldade em desempenhar outras atividades. Supõem-se, então, que a produtividade do trabalho na terra nesta região se mostrar superior às demais, pois o peso da renda do trabalho na terra não diferencia muito das demais regiões. Observou-se que o uso de adubo químico é comum e freqüente. Esta área também apresenta a maior incidência de membros filiados a sindicatos e associações, e onde os mutirões e a permuta de dias entre as famílias são comuns.

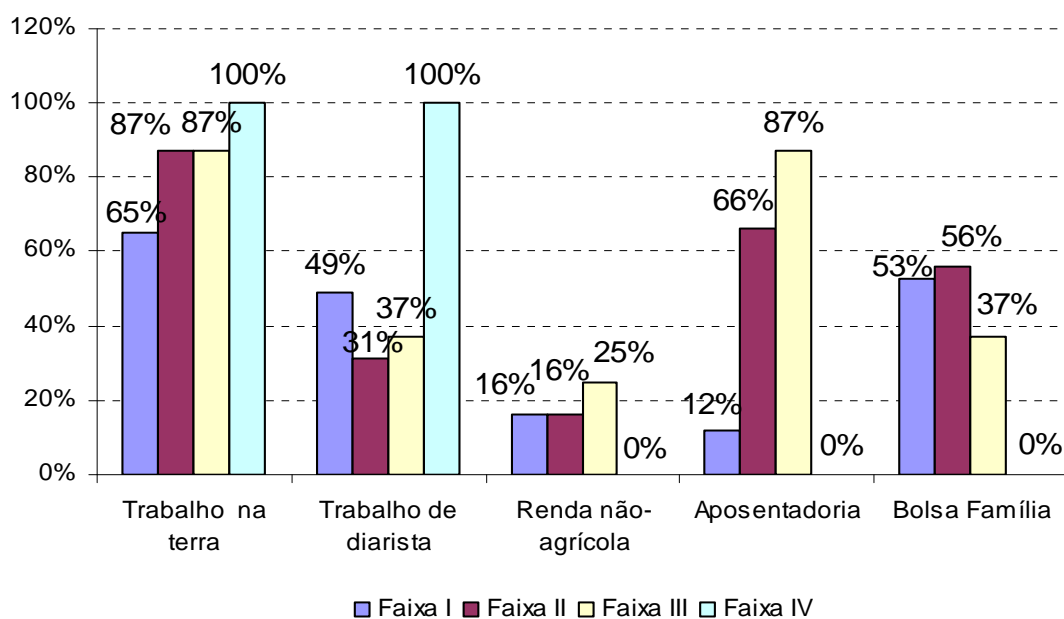


Gráfico 7 Fonte das ocupações por faixa de renda, em percentual, Região Serra do Timbó, Timbó, Amargosa, Bahia, 2007.

Fonte: Elaboração própria, 2007

Com relação a ocupação ou transferência responsável por maior peso monetário na composição de renda das famílias, o gráfico 8 permite uma melhor avaliação da região da Serra do Timbó

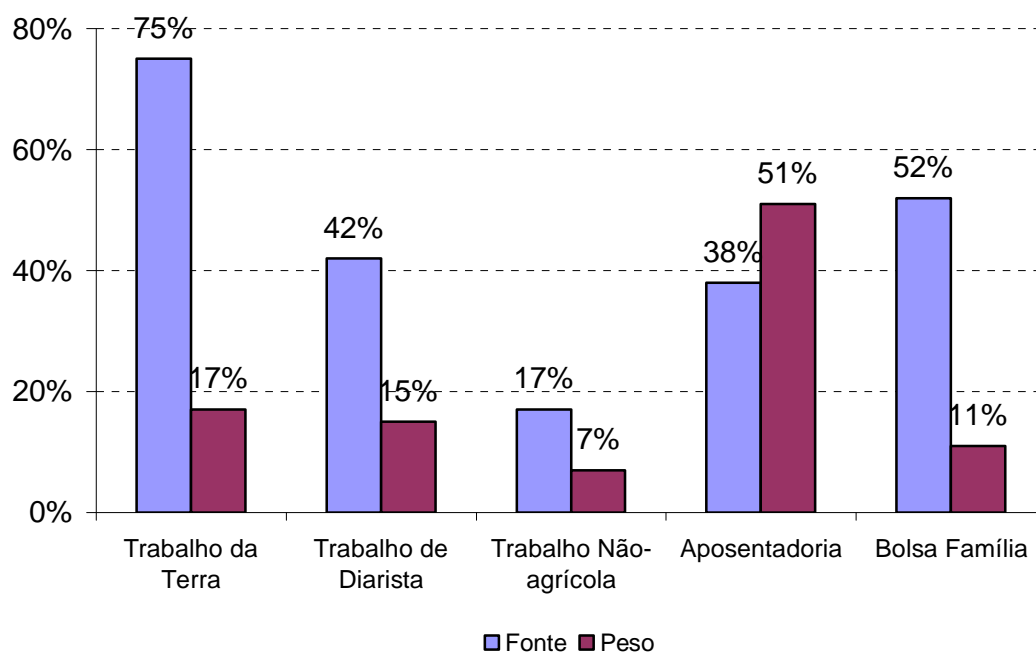


Gráfico 8 Fonte de ocupação e seu e peso nas rendas domiciliares, em percentual, da Região Serra do Timbó– Timbó, Amargosa/Ba, 2007  
 Fonte: Elaboração própria, 2007.

A maior fonte de renda presente na Região Central do Timbó é aquela relacionada ao trabalho na terra presente em 82%. A seguir tem-se o Bolsa Família com 52% dos casos, seguido pelas atividades como o trabalho de diarista com 42%, a aposentadoria com 38% e trabalho não agrícola com 17% dos casos registrados.

Mas, assim como nas outras regiões, a renda agrícola apresenta um papel importante na composição da renda, em especial entre aquelas famílias que recebem mais de 1 salário mínimo. Relembrando Beltrão, Oliveira e Pinheiro (2000), apesar da aposentadoria muitos idosos continuam a trabalhar na terra.

#### 5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área que abriga as comunidades do entorno do Timbó, tem cerca de 44% das famílias posseiras e aproximadamente 52% com escrituras ou recibos de compra e venda. Em geral, estas famílias encontram-se ocupadas na agricultura familiar, associadas a outros tipos de fontes de renda tais como o trabalho assalariado ou de diaristas na própria agricultura ou fora dela. Cabe ainda lembrar, que de toda a área estudada há somente um caso de arrendatário.

As famílias apesar da alta qualidade de vida em termos de meio ambiente, sofrem muito com a falta de apoio do poder público, principalmente em questões relacionadas à infra-estrutura como saneamento básico, água tratada e canalizada, estradas, energia elétrica, entre outros.

A renda das famílias obtida em atividades agrícolas é muito baixa, em especial, pelo fato das culturas mais produzidas na área, como a banana e a mandioca, não terem valor significativo de venda. Ainda contribui para esses preços reduzidos a falta de beneficiamento da produção, com exceção da produção de farinha que é comum, é quase o beneficiamento.

O cacau e o café, também culturas comuns em toda a área do Timbó, são produções que geram maior renda ao agricultor familiar. No entanto, as áreas destinadas a esses cultivos são pequenas, a produtividade é baixa, e, ainda contribui para a piora da conjuntura as pragas e doenças como vassoura de bruxa, citadas por 70% dos entrevistados.

As atividades pluriativas e pluriativas de base agrícola, mesmo sendo realizada pela grande maioria das famílias, têm pequeno no peso monetário na composição da renda se comparado com as transferências previdenciárias. Assim como esperado e elucidado por outros estudos como de Beltrão, Oliveira e Pinheiro (2000), e Delgado e Cardoso (2000) as aposentadorias e pensões são responsáveis por manter as famílias acima do nível de pobreza, bem como pela reprodução social da agricultura familiar na região.

Ainda com relação aos fenômenos pluriativos, assim como ressaltado por Graziano (2002), as ocupações são precárias e não requerem qualificação. Entre as atividades pluriativas mais representativas estão o trabalho de motorista de carga e frete, o trabalho doméstico, seguido da construção civil, trabalhos ligados ao ensino público, além dos agentes comunitários de saúde e das atividades autônomas relacionadas a pequenos comércios.

A despeito da atividade pluriativa de base agrícola – trabalho de diarista - a mais exercida das ocupações pluriativas em geral, conforme elucidado nesse estudo padece com a falta de dinamismo local, no sentido de incorporação de produtores e trabalhadores rurais.

Com relação ao programa de transferência de renda - Bolsa Família, sua atuação é válida e de grande ajuda na composição da renda, principalmente de famílias na faixa I com rendimentos de até 1 salário mínimo. Sua presença é reduzida conforme o rendimento familiar é aumentado, demonstrando a eficiência do programa nesta área. Além disso, o Bolsa Família, ao contrário do que muitos discursão não ocasiona a diminuição das atividades produtivas das famílias beneficiadas. Assim como ressaltado anteriormente, somente em um caso de toda a amostra, houve uma família que vivesse somente da renda do Bolsa Família.

Verifica-se, portanto, a necessidade de se incorporar o agricultor do Timbó em atividades que promovam sua geração de renda, haja vista, a confirmação neste estudo de hipóteses que identificam a aposentadoria rural como a responsável pelo desenvolvimento no “novo” velho mundo rural.



## REFERÊNCIAS

AFONSO, Luis Eduardo. **Um estudo dos aspectos distributivos da Previdência Social no Brasil**. Tese (Doutorado) – São Paulo: FEA/USP 1-124p, 2003. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-08022004-153104/>. Acesso em 07 set 2007.

ALVES, J. A. A. Considerações a respeito da previdência social no Brasil: alguns aspectos relevantes para a discussão. **Bahia Análise & Dados**, v12, n.3, p191-198, 2002.

AUGUSTO, Hélder dos. Anjos; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. O envelhecimento e as aposentadorias no ambiente rural: um enfoque bibliográfico.; Organizações Rurais e Agroindustriais, DAE/UFLA, v. 6, p1-10, Jan/Jun. **Revista de Administração da UFLA**

BAPTISTA, Creomar. **Bahia – pobreza e renda nos anos 90**. Salvador: SEPLANTEC, 2001. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/publicacoes.htm>. Acesso em: 15 Set 2007.

BELTRÃO, K. I.; OLIVEIRA, F. E. B.; PINHEIRO, S. S. **A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais**. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para discussão, n.759).

BIOLCHI, M.A.; SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e previdência rural no Rio Grande do Sul: efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões aos trabalhadores rurais**. Pernambuco: SOBER 2001

BRASIL. Decreto de lei 4.214 de 2 de março de 1963. **Dispõe do Estatuto do Trabalhador Rural**. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm>. Acesso em 16 out 2007.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, José Graziano. **Ações de políticas públicas para o novo rural brasileiro sob o enfoque do desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/polpub.html>. Acesso em: 05 Set 2007

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade novas identidades em construção**. Anais do XXXV, Natal, 1997. Disponível em: [http://www2.ufpa.br/ppgss/Aulas/Texto\\_Ruralidade.pdf](http://www2.ufpa.br/ppgss/Aulas/Texto_Ruralidade.pdf). Acesso em: 10 out.2007

DELGADO, G.; CARDOSO, J. C. Jr. **Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural na região sul do Brasil (projeto avaliação socioeconômica da previdência social rural)**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000 (Texto para discussão, n.734).

DELGADO, Guilherme Costa. **Previdência Social e Reformas**. Brasília, IPEA, 2006 (Texto para a discussão n. 1248). Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD\\_CHAVE=1655](http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=1655). Acesso em: 22 Set 2007

DRAIBE, Sônia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo Social**, São Paulo, p. 63-101, Nov. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/a04v15n2.pdf>. Acesso em: 10 Out. 2007.

ESTRUTURA fundiária. Disponível em: <http://www.geografar.ufba.br/banco%20de%20dados.html>. Acesso em: 17 Set. 2007.

EVANGELISTA, Francisco Raimundo. **A agricultura familiar no Brasil e no Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil – ETENE, 2000. Disponível em: [http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede\\_Irigacao/Docs/Agricultura%20Familiar%20no%20Brasil%20e%20no%20Nordeste.PDF](http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irigacao/Docs/Agricultura%20Familiar%20no%20Brasil%20e%20no%20Nordeste.PDF). Acesso em: 25 Out. 2007

EVOLUÇÃO recente da proteção social e seus impactos sobre o nível de pobreza. **Informe De Previdência Social**. Brasília, v. 18, n 3, março. 2006.

SILVA, José Graziano. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, v7, n.1, p.43-81, maio. 1997.

SILVA, José Graziano; DEL GROSSI, Mauro; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Caderno de Ciência & Tecnologia**, v.19, n. 1, p 37-67, jan./abr. 2002.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A.; BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HOFFMANN, R. **As transferências não são a causa principal da redução na desigualdade**, 2005. Disponível em: <<http://www.uff.br/cpgeconomia/v7n2/rodolfo.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2007

HONORATO, L. S. Junior. Pobreza na população rural nordestina: uma análise de suas características durante os anos noventa. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v.13, n.26, p. 275-290, dez. 2006.

IBGE. IBGE cidades. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em 05 jul. 2007

IRMÃO, J. Ferreira, MOELLER, D. Horst; LIMA, R. Chaves. **O impacto das transferências de renda da Previdência Social sobre as condições de vida das famílias rurais no Nordeste**. Recife, SOBER, 2001.

JACCOUD, Luciana. Indigência e pobreza: efeitos dos benefícios previdenciários, assistenciais e de transferências de renda in:PELLIANO, Ana Maria. **Desafios e perspectivas da política social** Brasília, IPEA , 2006 (Texto para a discussão, n 1248). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD\\_CHAVE=1655](http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=1655)>. Acesso em: 22 Set 2007

KAGEYAMA, Ângela. **As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras**, 2001. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/asp-2-01.htm>. Acesso em: 10 ago 2007.

KAGEYAMA, Ângela. Diversificação das rendas nos domicílios agrícolas no Brasil, 1992 e 2001. **Economia e Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 65-86, jan./jun. 2003.

KAGEYAMA, Ângela. **Mudanças no trabalho rural no Brasil 1992-2002**. 2004. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-04-6.pdf>>. Acesso em 30 jun 2007

KAGEYAMA, Ângela. **Produtividade e renda na agricultura familiar: efeitos do PRONAF – crédito**, 2003. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-03-1.pdf>>. Acesso em: 18 ago 2007

LAVINAS, L. **Programas de garantia de renda mínima: perspectivas brasileiras**. Rio de Janeiro, IPEA, 1998 (Texto para discussão, n 596) Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0596.pdf>>. Acesso em 23 set 2007.

MARQUES, Rosa Maria. A importância do bolsa família nos municípios brasileiros. **Caderno de Estudos**, Brasília, n 1, 2005.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. Programas focalizados de transferência de renda no Brasil: contribuições para o debate. Brasília, IPEA, 2007 (Texto para discussão, n 1.283). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td\\_1283.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1283.pdf)>. Acesso em: 02 out. 2007.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, Brasília: Ministério da Previdência Social, 2005, Brasília: Disponível em: [http://www.previdenciasocial.gov.br/AEPS2005/14\\_01\\_20\\_01.asp](http://www.previdenciasocial.gov.br/AEPS2005/14_01_20_01.asp). Acesso em: 10 out 2007.

SENNA, Mônica de Castro Maia; MONNERAT, Giselle; BURLANDY, Luciene; SCHOTTZ, Vanessa Rodrigues; MAGALHÃES, R. O Programa Bolsa Família: Nova institucionalidade no campo da política social brasileira. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 10, n.º1, p. 86-94 jan./jun, 2007.

MOREIRA, Ajax R.B.; HELFAND, Steve M.; FIGUEIREDO, Adriano M. R. **Explicando as diferenças na produtividade agrícola no Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA, 2007 (Texto para a discussão, n.1.254). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td\\_1254.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1254.pdf)>. Acesso em: 05 out 2007.

**BRASIL. Ministério Da Previdência Social** Panorama da Previdência social brasileira.. Brasília, 2004.

PEDRÃO, Fernando. **Os modos de estagnação no Recôncavo, 2000**. Disponível em: <[http://www.fernandopedrao.com.br/capitulos/modos\\_esgnacao\\_reconcavo\\_bahia.pdf](http://www.fernandopedrao.com.br/capitulos/modos_esgnacao_reconcavo_bahia.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2007.

PROGRAMA das Nações Unidas para Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em 18 Jun. 2007

PROJETO Timbó. Disponível em: <<http://www.centrosapucaia.org.br/contatos.html>. Acesso 05 Jun 2007>.

ROCHA, S. Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda. **Revista Econômica Contemporânea**, Rio de Janeiro, p. 153-185, jan./abr. 2005

SANTOS, Milton. **A região de Amargosa**. Salvador: Comissão de Planejamento Econômico, 1963.

SOARES, Fabio Veras; SOARES, Sergei; MEDEIROS Marcelo; OSÓRIO Rafael G.. **Programas de transferências de renda no Brasil**: Impactos sobre a desigualdade Brasília

IPEA, 2006 (Texto para discussão, n. 1228). Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td\\_1228.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1228.pdf). Acesso em: 23 Ago. 2007.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. Territorialidade Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. Disponível em: [http://www.seplan.ba.gov.br/mapa\\_territorios.html](http://www.seplan.ba.gov.br/mapa_territorios.html). Acesso em 10 Set 2007.

## ANEXOS